
A CONSTRUÇÃO DA VÁRZEA COMO PROBLEMA SOCIAL NA REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS

Eliane Cantarino O'Dwyer¹

Neste artigo de apresentação dos resultados da pesquisa sobre o diagnóstico socioambiental da várzea no baixo Amazonas, pretendemos mostrar uma análise da situação social dos chamados *ribeirinhos*, que possibilite a construção de um modelo sobre as condições de trabalho, reprodução, manejo e uso dos recursos naturais renováveis, a partir dos elementos comuns aos casos a serem considerados. Para tanto, procuramos definir as atividades econômicas desses grupos, que vivem da pesca, da agricultura e do extrativismo, dos quais obtêm os meios e os materiais capazes de satisfazer suas necessidades socialmente definidas.

A princípio gostaríamos de chamar a atenção que os problemas sociais que tomamos por objeto de análise foram construídos por meio de um “trabalho coletivo realizado na concorrência e na luta, o qual foi necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer esses problemas como legítimos, isto é, confessáveis, publicáveis, públicos e oficiais”, como no caso dos conflitos de pesca e a pecuarização da várzea na região do Baixo Amazonas. “É preciso reconhecer que o problema aceito como evidente (...) foi socialmente produzido num trabalho coletivo de construção da realidade social (...) e foi preciso que houvesse reuniões, comissões, associações, movimentos, manifestações, petições, requerimentos, deliberações, votos, tomadas de posição, projetos, programas e resoluções para que aquilo que era, e poderia ter continuado a ser, um problema particular, singular, se tornasse num problema social, num problema público, de que se pode falar publicamente, (...) ou até num problema oficial, objeto de tomada de posições oficiais e até mesmo de leis e decretos” (Bourdieu, 1989, p. 37).

¹ Coordenadora no estudo de área que compreende a região de Santarém, baixo Amazonas, doutora em antropologia e docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Esse projeto de pesquisa teve a participação dos discentes Tânia de Souza Fernandes e Paulo Sérgio Delgado, do PPGA/UFF, na primeira etapa do trabalho de campo, em setembro de 2002, e do sociólogo José Paulo Freire de Carvalho, na segunda fase do trabalho de campo, em abril de 2003, e no *workshop* realizado em novembro de 2003. Essa pesquisa contou com a participação de Regina Cerdeira, da ONG Iara/Santarém, que contribuiu com material secundário e sistematização de dados no primeiro relatório, e de Paulo Sérgio Delgado, doutorando do PPGA/UFF, que auxiliou efetivamente na tabulação dos dados de campo no segundo relatório de pesquisa. Gostaria, ainda, de agradecer a doutoranda Andréia Franco Luz pela revisão de relatórios e aos colegas antropólogos que integraram o estudo estratégico “Situação socioeconômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas”, pelas contribuições na discussão dessa temática, assim como a coordenadora desse estudo estratégico do ProVárzea, Deborah Lima, pelas trocas de experiências sobre formas de organização social e manejo sustentável das comunidades ribeirinhas.

Nessa perspectiva, a região do baixo Amazonas foi considerada como uma arena político-regional, que pode ser afetada por fatores que não se fazem ali presentes, mas atuam e condicionam os processos ali desenvolvidos. Os municípios de Santarém, Alenquer e Óbidos foram eleitos por indicação dos informantes que contribuíram na construção de uma rede entrecruzada de referências sobre a situação de várzea na região do baixo Amazonas. Além dos municípios citados, elegemos igualmente os de Monte Alegre, Curuá (desmembrado de Alenquer recentemente, em 1997), Prainha e Oriximiná como parte desse território, para proceder ao levantamento da área social e cultural da região do baixo Amazonas, com o objetivo de encontrar alguns padrões característicos e planos de organização social comuns.

Os pontos de vista e a posição dos atores no campo social

Ao caracterizarmos a várzea como uma situação social, procuramos definir quais são as instituições e segmentos sociais presentes na situação de várzea que definem um campo social. Por meio da análise dessa realidade localizada e de processos sociais específicos construímos essa situação social, levando em consideração a ótica dos grupos sociais e a posição dos diferentes atores envolvidos, inclusive institucionais. Tais atores foram mapeados a partir da pesquisa de campo e das interações promovidas nessa situação etnográfica específica. Do mesmo modo, passamos a apresentar o “modelo nativo” construído pelos usuários dos recursos de várzea e seus representantes, para compreender a forma como o segmento social dos pescadores, sejam moradores de várzea ou residentes nas cidades da região, referia-se aos problemas reconhecidos como legítimos nesse trabalho coletivo de construção da realidade social da várzea no baixo Amazonas.

A partir das entrevistas, verificamos que algumas questões sobre a situação de várzea nessa região foram recorrentes e consensuais entre os atores sociais e instituições envolvidas. Na cidade de Óbidos, ouvimos de um grupo anônimo que conversava na praça o comentário de que na várzea “estamos sempre começando”. Na visita à comunidade de Santa Rita, ao entrevistarmos uma moradora e sua nora (Gerina e Elizabeth – a primeira atua como agente de saúde na comunidade, sendo que ambas disseram fazer parte da Omtbam – Organização das Mulheres Trabalhadoras do baixo Amazonas) ouvimos a mesma observação relativa ao eterno recomeçar do morador da várzea.

Em Santarém encontramos muitas organizações não-governamentais que prestam assessoria às associações comunitárias. Santarém, costumam dizer, “é o município com o maior número de ONGs por metro quadrado”. Verificamos que há muito trabalho investido na região de várzea do Lago Grande do Curuá e do Ituqui, com o desenvolvimento de iniciativas promissoras do ProVárzea - Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea -, de-

envolvido pelo governo brasileiro com recursos do Banco Mundial e PPG7, por meio das ONGs Iara - Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais e Ipam - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

Filiação comum às organizações voluntárias

Durante a primeira etapa do trabalho de campo, realizada em setembro de 2002, nas entrevistas sempre perguntávamos se os agricultores e os pescadores constituíam categorias diferenciadas ou se, no caso da agricultura familiar, essas duas atividades eram realizadas como parte de um mesmo processo produtivo. As respostas variavam conforme a ênfase dos grupos e organizações; numa ou noutra atividade, porém, essa diferenciação entre aqueles que se definem como pescadores e/ou agricultores parece relacionada à existência e reconhecimento jurídico de duas entidades de representação distintas: as Colônias de Pescadores e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Assim, em uma ONG sediada em Santarém, que presta assessoria às chamadas associações comunitárias, ouvimos a explicação de que os agricultores também são pescadores, só que existe a organização de pescadores, isto é, a Colônia de Pesca Z-20 e outras nos municípios vizinhos, todas ligadas ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, órgão do Ministério do Meio Ambiente-MMA, criado pela Lei nº 7.735 de 22/2/1989), onde as atividades dos pescadores precisam ser legalizadas. Conforme disseram, eles têm que ter a “carteirinha” que dá a autorização para pescar. Desse modo, é preciso que se definam sobre quem é pescador e quem é agricultor, sendo que o agricultor só pode pescar para consumo próprio. Isso significa, conforme disseram, que ele não pode pescar em todo canto nem comercializar o peixe, só exercer a pesca para o consumo familiar. “Então costumam decidir da seguinte forma: eu sou agricultor, mas quero comercializar o pescado, e para isso tenho que me documentar como pescador. Então, como pescador, ele tem que se desincompatibilizar da sua organização, que é o Sindicato de Trabalhadores Rurais. Quando é uma família que exerce as duas atividades, essas duas ‘profissões’, o que geralmente ocorre é a mulher se filiar ao Sindicato de Trabalhadores Rurais e o homem à Colônia de Pesca”. Verificamos, por meio do material de divulgação, que o pescador deve fazer seu registro junto ao Ibama, apresentando uma série de documentos e a declaração de duas testemunhas de que o solicitante exerce a “pesca profissional”, isto é, faz da pesca sua ocupação habitual. A documentação para o registro de pescador costuma ser encaminhada pelas Colônias de Pescadores, que se constituem de organizações sindicais dos “pescadores artesanais”, da qual podem ser sócios todos os “pescadores” e “pescadoras profissionais” e os “pescadores” e “pescadoras de subsistência” que praticam suas atividades em determinado município, como no caso da Z-20, em Santarém, e da Z-19, em Óbidos. De acordo com a legislação vigente: “o pescador que não faz da pesca sua profissão habitual (...) poderá ter sua

matrícula cancelada”. Do mesmo modo, “o pescador que for pego pescando sem o registro expedido pelo Ibama será autuado com multa” (Neves, Cerdeira, Melo – Legislação Pesqueira vigente no médio Amazonas – Ibama, Projeto Iara, GTZ, Santarém-Pará).

A população ribeirinha do baixo Amazonas costuma se organizar também nos chamados Conselhos de Pesca, formados por dois representantes de cada comunidade das regiões de pesca, com o objetivo de acordar e gerenciar o uso dos recursos naturais renováveis de lagos, rios, furos e igarapés, pelos usuários desses mananciais aquáticos, por meio da elaboração e cumprimento dos Acordos Regionais de Pesca. Disseram-nos que os Conselhos de Pesca foram formados por causa da “depredação” e “invasão” desses recursos aquáticos e que os Conselhos nem sempre estavam de acordo com a atuação local das chamadas “capatazias”, que hoje constituem os “núcleos de base” das Colônias de Pescadores. De acordo com a estrutura organizativa das Colônias de Pescadores, os “núcleos de base” elegem um coordenador com mandato de dois anos, incumbido de funções administrativas e de realizar reuniões periódicas para discutir os problemas de sua área. Ambos, os representantes da Colônia de Pescadores e do Conselho de Pesca, “nem sempre andam juntos”, gerando incompatibilidades e dissensões, existindo disputas, como por exemplo, no Lago Grande do Curuai, que é um celeiro natural de criatório de peixes (o informante não deu continuidade aos comentários sobre as disputas em jogo nesse caso). No Lago Grande, segundo as explicações que mudaram o rumo da conversa sobre dissensões internas, também há moradores que são pescadores e agricultores. Lá os ribeirinhos têm que decidir sobre a entidade com a qual querem se filiar e fazer sua contribuição, se ao conselho de pesca ou ao sindicato, pois dizem que essa escolha torna-se necessária, tendo em vista o problema da aposentadoria. O local onde cada um vai contribuir é decisivo para saber por onde vai se aposentar. Assim, o procedimento da escolha não se dá apenas por uma questão de ênfase na produção do pescado ou da agricultura. Além das aposentadorias (1.200 concedidas, em média, pela Colônia de Pescadores Z-20, em 2001/2002), são concedidos, por meio da Colônia, outros benefícios da Previdência Social, como o auxílio-maternidade, auxílio-doença e pensão por falecimento, sendo considerada uma das principais atividades das Colônias de Pescadores a luta pela concessão do “seguro-desemprego” nos períodos de “defeso”, com a proibição da pesca de determinadas espécies que estão se reproduzindo. Em 2001/2002, no município de Santarém, 1.100 pescadores foram beneficiados, sendo que uma Ação Civil Pública do Ministério Público Federal beneficiou mais de 700 pescadores do baixo Amazonas (cartilha de divulgação da Colônia de Pescadores Z-20, “Unidos Somos Fortes”, Santarém/Pará, julho de 2002).

Nos Conselhos de Pesca são feitos os acordos sobre os limites e a organização da atividade pesqueira. Eles estabelecem igualmente as áreas de preservação e regularizam limites, o que nem sempre é cumprido, como dizem. Por exemplo, “as *geleiras* (embarcações pesqueiras que realizam a

pesca comercial e se dedicam exclusiva e permanentemente à captura, transporte (...) de animais (...) aquáticos devidamente autorizados pelo Ibama, segundo legislação vigente), que são várias, e nem sempre de Santarém, tiveram uma área limitada para pesca, que não pode ser ultrapassada. Vamos supor que aqui seja uma comunidade. A *geleira* entra em contato com um pescador da comunidade: quem é pescador, quem é *pescador profissional* reconhecido pela Colônia de Pesca, será munido dos utensílios, de um motor rabeta para a canoa e recipiente com gelo. Nós, do *barco geleiro* estamos aqui, fora dos limites de preservação, dentro da lei, e você pescador, para ficar dentro da lei, precisa tirar sua carteirinha. Eles então ficam pescando para os *geleiros*. Todos estão legalizados, agindo de acordo com a legislação, só que a natureza não está concordando muito com isso, a depredação está aumentando e o pescado, diminuindo. O povo não ganha com isso, vai ficando mais pobre do que já é, e as *geleiras* vão vendendo o pescado no preço que querem, controlando tudo. Tudo dentro da lei, nada contra os regulamentos: as *geleiras*, no limite delas; os pescadores documentados com licenças para pescar, munidos dos arreios e apetrechos que facilitam a atividade de captura dos peixes fornecidos pelo *patrão*. No Lago Grande do Curuai comprar um peixe é uma luta, pois o peixe já está *destinado* (como dizem). Esse é um jeito de burlar a legislação e os acordos. Outro jeito é um dos barcos de linha para o Lago Grande fazer o mesmo que as *geleiras*. Assim, os barcos de linha entregam o isopor com gelo e dizem para o pescador: eu vou passar amanhã para pegar o pescado. No Lago Grande já tentei comprar diretamente com um pescador que disse: é aí com ele (o dono do barco de linha), quer dizer, nem o pescador é mais dono daquele peixe, ele é um trabalhador que vende para o *atravessador*. Aqui na cidade existem centros que compram e fazem a filetagem do pescado para exportar, inclusive para o exterior, que são os frigoríficos”.

Durante a entrevista disseram que a intensificação da atividade pesqueira tem causado conflito entre os próprios pescadores, pois eles foram financiados, vão para os rios e lagos e não tem mais peixe (devido ao sobreesforço de pesca). Para minimizar esses efeitos, outra atribuição dos Conselhos de Pesca é de fixar o prazo e período para a captura de diferentes espécies de pescado. Tudo feito de acordo com as normas e portarias do Ibama, pois “a competência e responsabilidade do ordenamento é do poder público, que por meio de leis, decretos, portarias e ações induz a sociedade a conservar os estoques pesqueiros. No entanto, a própria sociedade é co-responsável pelo ordenamento pesqueiro” (legislação pesqueira vigente no médio Amazonas, Ibama, Projeto Iara, GTZ). Para o Lago Grande do Curuai, segundo os informantes, “há uma regulamentação da pesca coletiva do pirarucu, chamada por eles de *puxirum*, situação na qual os moradores pescam em conjunto, dentro dos padrões definidos pelo Conselho. Os pescadores que não concordam com essa regulamentação são contra o Conselho de Pesca. Eles costumam dizer: fiscalizam a nós, pescadores, mas as *geleiras* mandam as canoas entrar pelo varadouro

burlando as regras estabelecidas. No Lago Grande havia toneladas de pirarucu anualmente exportadas, hoje lá não se come mais pirarucu, seja salgado ou seco, nem tampouco se compra mais”. Contaram-nos que outra estratégia para burlar as regras estabelecidas pela organização comunitária, e ao mesmo tempo evitar o monopólio de comercialização das *geleiras*, é vender o pirarucu em postas e enviar clandestinamente para parentes que moram em Manaus. Todo esse esforço de pesca, que inclui a pesca do pirarucu fora do padrão de tamanho estabelecido, tem resultado na queda da produção do pescado. Ainda segundo os informantes, essa queda na produção deve-se também ao “escape” do peixe, isto é, o peixe vendido que não é contabilizado pelas estatísticas oficiais. Outro fator que atribuem para a queda da produção do pescado é a criação de búfalo na várzea. O búfalo é considerado um dos maiores depredadores dos celeiros de peixe, pois vão comendo a vegetação aquática e assim afugentam as espécies. Esse é o caso relatado da comunidade de Pixuna, próxima do local onde o rio Amazonas faz uma “garganta”. Lá, os búfalos, além de destruir a vegetação que se forma nas margens do rio, ao utilizá-la como pastagem, impedem pela concentração de reses, que os peixes ultrapassem a garganta formada na confluência de um igarapé com o rio Amazonas, por onde alguns indivíduos rompem em atropelo com a manada na época da piracema. Os moradores dessa comunidade de Pixuna do Tapará recorreram ao Ministério Público Federal para denunciar esses fatos que prejudicam as atividades de pesca para subsistência. Os criadores de búfalo são considerados grandes fazendeiros e do ponto de vista das organizações que prestam assessoria aos comunitários, essa atividade deveria ser proibida em áreas de várzea.

Ainda do ponto de vista dos entrevistados, o Ibama tem conhecimento do modo como as *geleiras* costumam descumprir os Acordos de Pesca, mas encontram muita dificuldade de fiscalizar essas atividades ilícitas. A figura do “agente ambiental” escolhido pela comunidade, que atua como fiscal em parceria com o Ibama, não tem igualmente resolvido os problemas de conflito, em função das relações desiguais de poder no trato com as autoridades competentes. “Eu presenciei o fogo invadindo a área de uma comunidade de várzea e indo até a beira do igarapé. O fogo teve início na área ocupada por um grande fazendeiro, mas os responsáveis pela fazenda receberam mal os fiscais comunitários que foram até o local de onde o incêndio se iniciou, ameaçando-os com espingardas. Os dois fiscais comunitários alugaram um *motor* (barco ou canoa motorizada) com seus poucos recursos e foram chamar a polícia, mas o fogo continuou a queimar até atingir a beira do igarapé e não aconteceu nada, a polícia nem apareceu. Os agentes ambientais deixaram de ir para suas roças, gastaram dinheiro próprio com locomoção até a cidade, para fazer a denúncia, e não deu em nada, como então pode dar certo a figura do agente comunitário, que fiscaliza a vigência dos acordos estabelecidos pelos Conselhos de Pesca para as áreas de várzea?”

Extrativismo e agronegócio na várzea

Sobre a exploração madeireira na várzea, os informantes disseram que não é uma atividade comum em Santarém e municípios vizinhos. O procedimento que costuma prejudicar e até acabar com a vegetação de várzea é a queimada para a formação de pasto para o gado. Recentemente a empresa Cargil, que dizem representar os interesses de grandes plantadores de soja do Centro-Oeste, está construindo um depósito na cidade de Santarém, sobre um antigo sítio arqueológico onde são encontrados potes e outros artefatos indígenas, segundo denúncias veiculadas. As ONGs criticam duramente a Cargil pelo uso de herbicidas e agrotóxicos na derrubada da floresta, atingindo até áreas de castanhais para a plantação de soja, ao contrário dos representantes da empresa que só assumem publicamente o uso dessa técnica, que prescinde da derrubada do mato por meio da contratação de trabalhadores braçais, em áreas conhecidas como “juquirá”, isto é, forragem de segunda classe que substitui a floresta e a mata primária. Dizem as denúncias que os “sojeiros” (produtores de soja) por meio da Cargil, procuram dominar a rodovia Santarém-Cuiabá, pela qual já exportam arroz da região de Arapiuns, em Tapajós. Os “sojeiros” são considerados um perigo e uma ameaça não só pelos defensores da agricultura orgânica no baixo Amazonas, mas também pelas ONGs que trabalham com organizações comunitárias e defendem um “progresso” auto-sustentável. Ainda reconhecem que a plantação de soja associada a altos investimentos produtivos pode levar à concentração de terras e à expulsão dos pequenos agricultores, por meio da compra de lotes em razão da pressão sobre o mercado de terras e o uso de outros mecanismos de expulsão menos lícitos, levando uma migração intensa do “interior” para as cidades da região.

Outro problema detectado no uso da várzea, principalmente nas ilhas que se formam no período da seca, no verão, e que dizem merecer a fiscalização do Ibama em razão da desova dos quelônios (“tracajás”) nesse local, onde vivem também marrecos, patos e outras aves. Na época da seca, os criadores costumam botar o gado para pastar nessas ilhas de várzea. Quando termina a estiagem, eles botam fogo na vegetação rasteira para que o capim desponte com maior força depois da cheia. Esse procedimento consideram que só beneficia os criadores de gado que se sentem “donos” daquele local, “donos” daquela ilha que, na verdade, não pertence legalmente a ninguém.

Em determinado momento da entrevista realizada na sede onde funcionam duas ONGs, em Santarém, fomos assim questionados: “Tu és do ProVárzea?”, dirigindo-se à coordenadora do projeto que fazia a entrevista. “Não”, foi a resposta, “sou da universidade.” “Mas o trabalho é para quem?” “Para o ProVárzea. Vamos fazer um diagnóstico socioambiental sobre a várzea nessa região do baixo Amazonas” – objetivo que já havia sido colocado em nossa apresentação. A reafirmação de nossas intenções serviu para uma mensagem explícita que gostariam de ver reproduzida neste trabalho: “Acho

que é importante dizer no relatório que, no trabalho desenvolvido por nós, na região do Lago Grande, observamos o descaso das autoridades com o ser humano nessa região de várzea. As comunidades não têm as condições mínimas de sobrevivência, inclusive de estudo das crianças, levando em conta as duas estações de cheia e seca. Falta energia, pois só se pensa em energia a combustível, e não se recorre à possibilidade de produzir energia solar, eólica, ou no desvio de algum igarapé. A prefeitura tem um *livrão* onde as comunidades relacionadas podem reivindicar até três prioridades, porém o que se constata é que a condição de vida dos ribeirinhos está cada vez pior, as casas caindo, sem a possibilidade de construções mais altas, com bom madeirame, que possa enfrentar as enchentes do Amazonas. O nível de vida caiu muito nessa região”.

Sobre os conflitos de pesca

No balanço das experiências anteriores “para assegurar o uso sustentável dos recursos aquáticos no médio Amazonas, compatibilizando os interesses/necessidades das populações locais, bem como da sociedade e da economia regional e nacional”, foi citado o levantamento socioeconômico realizado na época do Projeto Iara – Administração dos Recursos Pesqueiros do Médio Amazonas: Estados do Pará e Amazonas, com sede em Santarém. Agora, com o novo projeto que a ONG Iara – “organização não-governamental, sem fins lucrativos, criada em 1992, com sede em Santarém/PA” – desenvolve com o ProVárzea, será experimentado um sistema de monitoramento chamado SIG, em parceria com a prefeitura, o que possibilitará uma atualização dos dados do censo. Tanto os levantamentos socioeconômicos quanto os dados estatísticos encontram-se disponíveis em relatórios publicados. A primeira região de realização do censo de 1992 foi a de Monte Alegre. O censo mais recente foi realizado no lago do Sapucaá, em Oriximiná.

Na sede da ONG Iara ficamos sabendo que haviam iniciado um trabalho para a formação de uma rede de repórteres comunitários no município de Óbidos, tendo em vista o conflito entre os Conselhos de Pesca da região pesqueira de Santarém, Juruti e Óbidos, com o objetivo de sensibilizar os moradores das comunidades de Óbidos a participarem das discussões sobre a região pesqueira do Lago Grande do Curuai, que abrange os municípios citados. Ao perguntarmos qual era o problema, responderam que o uso dos recursos pesqueiros no Lago Grande do Curuai, pelos moradores dos três municípios, tem acarretado problemas por causa do Acordo de Pesca, que vem sendo discutido há dois anos e foi recentemente publicado em portaria do Ibama. O pessoal de Óbidos, financiado em mais de 300 *bajaras* – canoas com motor de centro –, precisava, conforme argumento deles, aumentar o esforço de pesca no Lago Grande para pagar o financiamento. Ocorre que um dos critérios do Acordo de Pesca no Lago Grande

do Curuai, transformado em Portaria, era justamente a proibição de *bajaras* no lago, para evitar o aumento de canoas motorizadas e o sobreesforço de pesca. A utilização dos recursos pesqueiros em Óbidos é bem maior do que nos municípios de Santarém e Juruti.

Em Óbidos, consideram que a necessidade de potencializar os recursos advém do tipo de financiamento que receberam do Basa (Banco da Amazônia). A compra de muitas *bajaras* colidiu com os critérios adotados pelo Conselho Regional de Pesca, em Santarém. Alguns desses critérios, estabelecidos pelo Conselho, não são consenso, causando várias discussões sobre a questão da entrada das *bajaras* no Lago Grande do Curuai. De acordo com os comentários, por meio da atuação do Iara na formação de uma rede de repórteres comunitários em Óbidos, o objetivo é sensibilizar as organizações comunitárias e a Colônia de Pescadores para a retomada do processo de discussão junto aos municípios de Juruti e Santarém. As Colônias de Pesca estão buscando alternativas para renegociar o financiamento do Basa (Banco da Amazônia). Num estudo realizado para o ProVárzea, no qual foi feito um diagnóstico atual sobre financiamento, verificou-se que os municípios de Juruti e Santarém têm o menor número de inadimplentes, enquanto Óbidos, mesmo aumentando o esforço da produção pesqueira por meio do uso das *bajaras*, não consegue pagar o financiamento. Ao passo que Juruti e Santarém, que diversificaram a produção e não vivem somente do pescado, têm conseguido pagar o financiamento. A Colônia de Pescadores, como explicaram, costuma fazer o financiamento em nome dos associados, o que prejudica a figura jurídica das Colônias e não os pescadores individualmente. Em Óbidos, a maioria dos pescadores que pegam esses financiamentos bancários é da cidade. “O Iara, na visita que está programada aos moradores de várzea, em Óbidos, procurará saber o sentimento do *pescador artesanal*, se a favor ou não das *bajaras*, e na cidade de Óbidos pretendemos fazer uma reunião igualmente com os *pescadores urbanos*”. Depois dessa entrevista em Santarém, na viagem rio acima, verificamos que na cidade de Óbidos, nos bairros de periferia formados a partir dos anos de 1970, a maioria dos seus moradores é ligada à atividade pesqueira, segundo informações obtidas na Colônia de Pescadores Z-19 e no escritório local do IBGE.

Sobre a questão do conflito entre Santarém, Juruti e Óbidos, na implementação do Acordo de Pesca, os informantes esclareceram que a discordância se dá em torno da necessidade de diminuição do esforço de pesca em cada viagem para o Lago Grande do Curuai. Argumentam os pescadores de Óbidos, que proibir ou diminuir a quantidade de *bajaras* que permitem viagens rápidas de ida ao lago e volta com o pescado capturado à cidade, através da restinga pelo Amazonas, resultará na impossibilidade de pagar o financiamento feito com o Basa. Contudo, disseram-nos que há outras implicações na forma contratada de financiamento, gerando efeitos perversos na implementação das políticas públicas. Assim, consideram que o FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – teria tido tra-

tamento diferenciado nos municípios de Santarém, Juruti e Óbidos. Neste último município, o Basa só teria financiado o que chamam de “canoa completa”, isto é, canoa a motor com todas as redes de emalhar, pagando cada pescador a mensalidade de trezentos e poucos reais. Em Juruti, teve pescador que só pegou financiamento para a compra da canoa; outro, só do motor; outro, só a rede de pescar, não ultrapassando a mensalidade de cento e poucos reais por pescador. Disseram os informantes que, segundo o representante atual do Basa, as exigências em Óbidos, feitas pelo seu antecessor, se comprovadas, foram irregulares.

Tanto em Juruti quanto em Santarém, a iniciativa de reduzir o montante do financiamento foi tomada pelos diretores das Colônias de Pescadores. No caso de Juruti, por exemplo, disseram que o presidente da Colônia sabia que o potencial dos lagos seria afetado com a compra de *bajaras*, a partir de experiências anteriores na realização de Acordos de Pesca em vários lagos de preservação daquele município, que resultaram em portarias do Ibama. Ainda sobre o Acordo de Pesca do Lago Grande do Curuai, ficou estabelecido que o máximo de captura para cada viagem é de uma tonelada, sendo proibida a entrada no lago de *geleiras*. No entanto, como a restinga que separa uma área do lago com o rio Amazonas tem muitos furos artificiais, conforme disseram, as *geleiras* ficam fora do lago sem burlar a portaria, na espera das canoas motorizadas com as quais trabalham na captura do pescado. Desse modo, a idéia de diminuir o esforço de pesca, por barco pesqueiro, deixa de ser cumprida, pois as *bajaras* (embarcações com motor de centro) podem fazer muitas viagens no mesmo dia. De qualquer modo, afirmaram, a solução tem que ser buscada conjuntamente, não é possível fazer uma votação e decidir pela maioria. Os entrevistados consideraram ainda que o dissenso entre os três municípios, no caso do Acordo de Pesca relativo ao Lago Grande do Curuai, pode ser explicado, pois em Óbidos a maioria dos pescadores que pegaram o recurso do FNO é da cidade, diferentemente de Santarém e Juruti, que são moradores de várzea.

Divisão dos ribeirinhos em agricultores e pescadores

Uma questão que aparece igualmente no contexto dessa entrevista é a divisão dos ribeirinhos em agricultores e pescadores. Os informantes disseram que anteriormente, conforme observaram no início das atividades do Projeto Iara, quem se dedicava à agricultura considerava sua atividade um “trabalho”: meu trabalho é na agricultura. Quem se dedicava à pesca não considerava essa atividade um trabalho. Ela era vista como uma atividade mais “marginal”, até “marginalizada”. Hoje consideram que essa visão está mudando. Sobre a distinção entre essas duas categorias de trabalhadores, tanto na Colônia de Pescadores Z-20 quanto na Emater, ouvimos uma explicação baseada na existência de duas entidades de representação distintas, as

Colônias de Pescadores e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, supostamente diferenciadas pelos aspectos geográficos: quem é de “várzea” é da Colônia Z-20 e quem é de “terra firme” é filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. No caso das comunidades que são parte várzea e parte terra firme, segundo disseram, torna-se necessário fazer a opção entre as duas entidades. Contudo, informaram na ONG Iara que uma das grandes discussões dentro dos Conselhos de Pesca gira em torno do fato de que “quem faz parte da agricultura”, isto é, dedica-se mais à agricultura familiar na várzea do que à pesca, que é considerada por alguns grupos domésticos uma atividade de subsistência complementar, não se sente representado no Conselho, pelo fato de tratar-se de um Conselho de Pesca. “Os próprios membros do Conselho estão procurando mudar essa visão, pois consideram que o Conselho não é só de pesca e precisa tratar também da questão da agricultura e da criação do búfalo na várzea. Por isso querem transformar o nome de Conselho Regional de Pesca para Conselho Regional Comunitário”.

Disseram-nos também que essa divisão entre agricultores e pescadores pode estar com seus dias contados. Além disso, pode-se constatar que todos os Conselhos de Pesca na região de Santarém desenvolvem questões tanto de várzea quanto de terra firme. Também consideram que “a criação dos Conselhos de Pesca permitiu a discussão de outros temas; assim, por meio da pesca buscou-se a organização comunitária, na verdade, a pesca, por ser o ‘grande conflito’, constituiu um importante motivo para a mobilização comunitária. O caminho para organizar a pesca é o mesmo caminho para discutir as outras questões. Até porque a pesca não é um processo isolado das outras atividades. Ela está inserida nos recursos florestais, agrícolas e criatório de animais”. Essas considerações dos informantes possibilitam questionar, para fins do nosso trabalho de pesquisa, qualquer abordagem da região de várzea, no Amazonas, como um “isolado da pesca”, ou seja, que a pesca seja compreendida como uma atividade passível de ser isolada para fins analíticos.

Todavia, se levarmos em conta os argumentos dos informantes de que as questões relativas à pesca deram início à organização comunitária, devemos igualmente reconstituir o processo de implementação das políticas públicas pesqueiras na várzea do baixo Amazonas. Numa abordagem preliminar, a partir das entrevistas, podemos dizer que o Projeto Iara é considerado a primeira tentativa do governo de intervir nessa questão da pesca voltada para as comunidades. Antes, as políticas de pesca eram mais dirigidas para o incentivo à produção, com a implantação de entrepostos pesqueiros, sem muita preocupação com o usuário que mora no lago. Porém, verificou-se que o usuário é muito importante, porque ele não só consome o pescado, como pesca para vender, constituindo uma parcela expressiva na produção pesqueira. Essa produção não é o resultado só do esforço de pesca das grandes *geleiras* ou do trabalho de pescadores urbanos. Assim, parte do projeto Iara, depois de uma fase de pesquisa, voltou-se para ações relacionadas à organização comunitária, como disseram, à

sensibilização das comunidades de várzea para a questão dos conflitos de pesca e à organização da produção.

Segundo os informantes, o projeto Iara potencializou o trabalho junto às comunidades de várzea e abriu caminho para as parcerias institucionais. Todavia, reconhecem que o processo de organização das comunidades é antigo, iniciado pelos conflitos de pesca. Os Acordos de Pesca tinham também o papel de integrar as atividades de pesca com a agricultura e o pequeno criatório, assim, os acordos reconhecidos entre os membros de uma comunidade ribeirinha não cuidavam apenas da questão da pesca. Na época do projeto Iara, em 1992, constatou-se a existência de Acordos de Pesca datados de mais de trinta anos. Na região do Maicá, em Santarém, existiam iniciativas, só que o governo não participava. Os Acordos de Pesca eram também muito localizados e praticamente passavam pela questão da “privatização” dos lagos. Quando o Ibama ingressou nesse processo, como responsável pelo ordenamento pesqueiro, houve uma mudança de foco. Ao perguntarmos no que consistia a chamada “privatização” dos lagos, explicaram que no acordo realizado entre os “comunitários” ficava proibido o uso do lago por pessoas de fora, com exceção dos pescadores que pagassem pelo uso do recurso. Acontece que o meio aquático e os organismos que nele habitam são de domínio público, segundo o Decreto-Lei nº 221, de 28/02/1967. Além disso, com a intervenção do Ibama, passou-se a discutir mais em termos de microrregiões – quem utiliza determinado lago – e o Ibama passou a promover a discussão entre todos os usuários interessados no recurso.

Em Santarém, o primeiro acordo de pesca foi o da região de Maicá e o segundo acordo transformado em portaria foi o da região de Ituqui. Cada um deles foi discutido em separado, adotando métodos próprios de fiscalização, mas atualmente tem sido debatida a integração dos dois, ampliados para a microrregião de Maicá-Ituqui, que na verdade só é dividida por uma restinga. “O Ibama, na época do projeto Iara, teve uma grande contribuição ao permitir uma discussão mais ampla e disponibilizar os instrumentos de legalização, reunindo para discutir os que pescam com linha para comer, de rede-malhadeira para vender, e outros ainda que pescam para vender na cidade, com a participação, inclusive, de pescadores da própria cidade de Santarém, que iam pescar na região em que se discutiam os acordos, como no caso de Maicá. Nesses Acordos de Pesca limita-se também o uso de petrechos como malhadeira e tarrafa a certos períodos. Agora os comunitários entendem muito bem que as águas são de uso comum, patrimônio de todos, ninguém é dono do lago, mas como impedir que as grandes *geleiras* entrem nos lagos e levem todo o nosso peixe? Essa é a preocupação expressa nos Acordos de Pesca. Eles entenderam que não dá para impedir, mas é possível limitar. Dentro dos critérios que o Ibama estabelece para os acordos serem transformados em portarias, há regras que controlam ou diminuem o poder de captura, limitam o uso das malhadeiras e permitem o uso dos arreios de pesca que capturam menos, como caniço, zagaia e tarrafas. O objetivo é limitar o

poder de captura das grandes embarcações geleiras. O arrasto é o único método de pescaria que permite capturar grande quantidade de peixe, e já é proibido, independentemente dos Acordos de Pesca. O problema é garantir a fiscalização. A rede de espera não tem tanto poder de captura quanto o arrasto, terminantemente proibido. A pescaria de linha não causa o impacto de uma malhadeira, a capacidade de captura é mínima e jamais será proibido esse tipo de pescaria, pois não causa impacto. A proibição da malhadeira ocorre mais no período do verão, com a baixada das águas, pela possibilidade de ‘coar o lago’, como dizem, ao fazer uso nas extremidades, para proceder ao arrasto. Outro método de captura que complementa o arrasto, ou pode ser feito independentemente, é o ‘cerco’, que é o fechamento do cardume para o peixe ser morto com paulada, ou, então, com batição nos barrancos e nos tapetes (vegetação) que crescem nas margens, para os peixes saírem de baixo do capim e caírem na malhadeira. Há casos conhecidos de geleiras que fazem uso dessas técnicas de ‘arrasto’ ou ‘cerco’, e capturam cardumes inteiros. Porém, ao seguirem viagem, quando se deparam à frente com um cardume de uma espécie que tem melhor preço, por exemplo, pescam um cardume de pacu e encontram adiante um de mapará, jogam o primeiro na água e, fazendo uso dos mesmos meios, armazenam a segunda espécie”. Esse procedimento ilícito costuma ser mais comumente praticado pelas *geleiras* que pescam para vender do que pelos pescadores artesanais. Acontece, porém, que os pescadores das *geleiras* também podem ser considerados “pescadores artesanais”, só que possuem quilômetros de redes de pesca, como disseram. A informação que obtivemos é que quem faz isso não é da região. Não se vê uma *geleira* de Santarém fazer isso num lago daqui do município; geralmente são *geleiras* que vêm de outros municípios e até de outros estados. Nesses casos, “eles nem dão o peixe que não interessa mais, jogam o cardume fora. É comum quando se está nos lagos ou na calha do rio, avistar grande quantidade de peixe morto, com certeza despejado por uma *geleira* que encontrou outro cardume mais rentável. No Amazonas dizem que são as ‘geleiras paraenses’ que procedem assim; aqui dizem que são as *geleiras de fora*”.

A atividade pesqueira e a pecuarização da várzea

Ao visitarmos o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – Ipam, em Santarém, ficamos sabendo que a ONG é co-executora do componente Estudos Estratégicos, Monitoramento e Controle do ProVárzea. Em outro componente das iniciativas promissoras, ela participa por meio do “centro de capacitação do pescador artesanal”, que é mais amplo do que o nome sugere, na medida que trabalha com a questão da várzea como um todo. Nessa iniciativa promissora, o Ipam tem um projeto conjunto com a Colônia de Pescadores Z-20.

Na entrevista, uma das questões era saber se todas as áreas de várzea eram pesqueiras. A resposta foi afirmativa: “Toda área de várzea é de pesca. São áreas, inclusive, de maior produtividade. Na várzea, ocorre a formação de lagos no verão. Com a cheia do rio Amazonas, no inverno, que encobre até os locais mais altos, onde as pessoas moram e as casas precisam ser palafitadas, acaba a noção de lago que aprendemos como uma porção de água cercada por terra de todos os lados. De Santarém para Alenquer, que são 70 km em linha reta, ‘vira um mar’. As árvores ainda ficam descobertas, as copas e galhos sendo avistados, mas o resto todo está debaixo d’água. Há comunidades onde são feitas reuniões no verão que, no inverno, ficam três, quatro metros debaixo d’água. Por isso o lago de várzea só existe no verão. Esses lagos não têm forma arredondada e costumam medir 100 km de comprimento por 20 km de largura. Parecem um rio comprimido. Ao viajar de barco, passando por um canal, já podemos estar em outro lago. Trata-se, portanto, de um sistema integrado de lagos, canais, furos, igarapés, paranás”.

Santarém é considerado o município de referência para toda a região do baixo Amazonas. “É um entreposto comercial; as mercadorias de Manaus, de Belém e do Sul chegam aqui e são distribuídas para vinte, vinte e cinco municípios em volta. É um pólo comercial. Aqui estão todos os órgãos públicos federais, como o Ibama, Incra, Ministério Público Federal, Justiça Federal, Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência. Santarém acabou tornando-se uma capital regional, e historicamente sempre houve disputa com Belém, até orçamentária, com prejuízo no repasse de verbas pela capital”.

Ao resgatar a trajetória dos movimentos sociais na gestão compartilhada dos recursos ambientais do ProVárzea, segundo os informantes, “verificamos que Santarém tem uma história desde os anos de 1970, primeiramente o Movimento de Educação de Base – MEB, ligado à Igreja, depois a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – Fase –, “organização não-governamental nacional, com sedes e projetos regionais, fundada em 1961 no Rio de Janeiro” (Ruffino, 2002, p. 9) – que inicia o processo de organização sindical, com a oposição sindical ganhando o Sindicato de Trabalhadores Rurais, logo depois a Colônia de Pescadores”. Desse modo, conforme disseram, Santarém passa a ser referência no Amazonas para os movimentos sociais, a partir de meados dos anos de 1970. “A Igreja teve um papel estruturante das próprias comunidades, tais como existem hoje, ao aglutinar em um local os moradores que ficavam espalhados pela várzea. O MEB usava o termo *grupalização* para mencionar uma metodologia de trabalho na criação de ‘grupos’ de catequese, pais, mães e jovens, com o objetivo de refletir os problemas e criar atividades conjuntas, o que vai construindo um senso de comunidade”.

Solicitamos ao entrevistado que definisse, a partir de sua experiência profissional, qual o principal problema que tenha afetado as atividades econômicas desenvolvidas na várzea do baixo Amazonas. Ele respondeu que há um declínio na atividade pesqueira. “Por que esse declínio está ocorrendo? Quais as conseqüências sociais e econômicas do ponto

de vista da população?” Segundo o entrevistado, com base nos resultados de projetos com a participação do Ipam, a pesca emprega em Santarém 20% da mão-de-obra diretamente, e indiretamente, cerca de 12% do pessoal trabalham na venda de petrechos para a pesca, combustível, fábrica de gelo e frigorífico. “A atividade econômica principal, em Santarém, hoje, parece ser a pesca, mas é difícil ter esses dados com segurança”. A dificuldade dessas informações parece estar relacionada a um fluxo constante entre a pesca e as demais atividades, como segue na declaração do informante: “qualquer pessoa que estiver desempregada pode ir para a pesca, porque do ponto de vista tecnológico é mais simples, aprende-se rápido, não há muita dificuldade”.

Nesse contexto da entrevista, chamou nossa atenção a diferenciação feita pelo informante entre dois tipos de pescaria: a pesca nos lagos de várzea e no curso do rio Amazonas², que implicam, respectivamente, na captura de espécies popularmente distinguidas entre os chamados “peixes de escama” e “peixes lisos”. Ainda de acordo com o relato do informante: “a pesca nos lagos é mais diretamente vinculada a peixes sedentários, que vivem e se reproduzem naquele meio aquático. Os moradores da várzea pescam essas espécies sedentárias, inclusive para comer. Aqui na região tem uma cultura de só se comer *peixe de escama* (pirarucu, tucunaré, tambaqui, pacu). Os chamados *peixes lisos*, os grandes bagres, são pescados principalmente no rio Amazonas e são vendidos aos frigoríficos. O único peixe liso que se consome é o *surubim*; os demais peixes lisos de pele ou de couro, dizem que são reimosos”. Para além da compreensão cultural desse hábito alimentar e o significado atribuído ao uso do termo reimoso, assim como a exceção feita ao *surubim* – que não foi possível explorar melhor durante o trabalho de campo – o entrevistado deu-nos a seguinte explicação: “o peixe liso é considerado reimoso porque, na verdade, ele tem uma substância vasodilatadora que pode provocar maior sangramento nas condições em que as pessoas estão expostas a esses riscos, como um ferimento”. Sobre o consumo dessa espécie de pescado, conhecida popularmente como “peixe liso”, que não é muito apreciada regionalmente, disse ainda que na pesca comercial, segundo informações coletadas nos frigoríficos, tem sido também constatada uma “queda gradual na captura dessas espécies”. Perguntamos se os peixes lisos são comercializados no Tablado, como é chamado o local de uma feira do pescado na beira do cais de Santarém. “Não, tais espécies são vendidas para os frigoríficos e para grandes embarcações que vêm de fora”. Disse ainda que a pesca nessa região é “*multiespecífica e multivariada*: primeiro porque não é só uma espécie

² “A pesca comercial tem maior produtividade e capacidade e usa grandes redes à deriva, espinhel e malhadeiras fixas. Esse tipo de pesca concentra-se principalmente nos estoques dos grandes bagres migradores, como piramutaba, dourada e surubins, no canal principal do rio durante a estação seca. Fora dessa época, esses pescadores direcionam-se aos lagos de várzea, onde concentram suas pescarias sobre o mapará, cuja captura é comercializada em frigoríficos e destinada principalmente a outros estados” (Isaac, Silva, Ruffino 2004, p. 185).

de peixe, e segundo, pelo fato de não usar só um tipo de petrecho de pesca (arpão, malhadeira, tarrafa, espinhel). O pescador sabe utilizar todos eles e cada espécie pode ser capturada com um tipo de petrecho. No período do peixe liso, que é esse agora (setembro) o pessoal vai para o (rio) Amazonas pescar de bubuia (flutuando à deriva na correnteza), com uma rede de profundidade para peixes de grande volume. Depois o pessoal volta para os lagos para pescar”. Perguntamos se o pessoal ao qual se refere são os moradores de várzea. Sim, respondeu, mas não só eles. “Além do pescador, que é morador de várzea, há também o pescador comercial de pequena escala e grande escala”. Esses pescadores comerciais são as geleiras? “Sim, mas não só as geleiras. Esses pescadores podem ter uma bajara, que é uma embarcação regional de duas, três toneladas de peixe e vão pescar no rio Amazonas com esse tipo de embarcação”. Quisemos saber a opinião do entrevistado se ocorrem conflitos em virtude da entrada das bajaranos nos lagos de várzea? A resposta foi de que “muitos pescadores que possuem bajaranos são moradores de comunidades. Nesse caso, nos lagos das comunidades, eles pescam conforme o acordo de pesca. No rio (Amazonas) não tem acordo, é lugar de passagem. Os que têm barco com recipientes de gelo para armazenar o pescado podem ser das comunidades, moradores que se capitalizaram mais e adquiriram essas embarcações”.

Outra questão, segundo o informante, que está ocorrendo é a “pecuarização da várzea”. Indaga-se, ainda, o informante sobre “o que a pecuarização vai influenciar do ponto de vista dos habitats de várzea”, pois considera que se tem mais gado na várzea, certamente vai haver destruição dos habitats dos peixes, que é o lugar da reprodução e da criação de diversas espécies pesqueiras. Outro problema da pecuarização da várzea é a concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários. Segundo o entrevistado: “em Santarém tem o Sirsam - Sindicato Rural de Santarém -, que representa os interesses dos proprietários e dos criadores de búfalo. O atual presidente é dono de uma área de várzea em Ituqui. Esse é o grande problema, não é só o gado em si (a destruição da vegetação de várzea), mas a apropriação da área, que os grandes proprietários vão ocupando e cercando. Em alguns lugares é complicado cercar, pois há diferença de 3, 4, 5, 8 metros de água do verão para o inverno, e ninguém sabe onde a cerca vai ficar. Também acabou a cheia e acabou a cerca, tudo podre (o madeirame) não serve mais para nada. Desse modo, procuram cercar com culturas nativas e usam os próprios acidentes naturais como uma forma de cercar. Assim, alguns tipos de árvores plantadas na várzea funcionam como uma espécie de cerca viva, mas o que ocorre de fato nesses casos de cercamento é a apropriação privada da área. A várzea é terra de ninguém, é terra da União, e os criadores de gado começam a ocupá-la. Em Ituqui, 70% da área, ou 20 mil ha da ilha, estão nas mãos de quatro grandes proprietários. No resto da ilha tem 12 comunidades com quase cinco mil pessoas”. Na várzea essa situação costuma se repetir, conforme o informante. Disse-nos ainda que os grandes proprietários são de Santarém, quase todos vereadores, depu-

tados e comerciantes, porque o processo de apropriação econômica, na opinião dele, se dá quase todo via comércio. Sobre a existência de títulos de propriedade, disse que não existem: “quase todo mundo na várzea tem é a escritura de compra e venda da terra; quando não têm, costumam dar um jeito nos cartórios”. Sobre a extensão da várzea no baixo Amazonas, disse que “de Santarém a Óbidos é considerado área de marinha, porque tem influência da maré. Em Santarém, diariamente, o rio varia em torno de 30 cm, 45 cm, e essa variação chega até Óbidos, onde o pessoal usa a expressão *aqui só tufa*, porque o rio está correndo de montante a jusante, mas a maré diminui a velocidade da correnteza”.

Nessa entrevista fomos ainda informados que a pressão sobre os recursos pesqueiros e a baixa produtividade dos lagos dessa região incidem principalmente sobre quatro espécies mais procuradas para comercialização, no caso o tambaqui, tucunaré, pirarucu e surubim – mas não tinham muita certeza sobre a última espécie citada, que, diferentemente das demais, é considerada “peixe liso”, mas caiu também no gosto do consumo popular. Consideram que a pressão sobre essas poucas espécies tem levado à diminuição dos recursos pesqueiros e à baixa produtividade dos lagos da região de Santarém.

A hipótese mais corrente sobre uma das causas possíveis dessa queda da produção do pescado é igualmente a questão demográfica, com o suposto aumento da população de várzea. Contudo, pelos estudos realizados, essa hipótese tem sido questionada. Assim, “o Iara fez um censo das comunidades de 1994 até 1997, e, nos mesmos locais, o Ipam realizou um diagnóstico socioambiental dessas comunidades usando a mesma metodologia”. Os resultados foram os mesmos sobre o número da população de várzea após o interregno de oito anos. O equilíbrio demográfico verificado em ambos os levantamentos, e igualmente constatado na visita à comunidade de Uricurituba, em abril de 2002, pode também estar relacionado à migração constante de membros do grupo doméstico dos moradores de várzea para a cidade, com o objetivo dos filhos desenvolverem estudos que não são oferecidos nas comunidades ribeirinhas. Outra explicação que consideram provável para essa queda da produção de pescado é o avanço tecnológico. Até os anos setenta não havia gelo para armazenar o pescado. A partir daquela década foram adotados novas redes de emalhar de náilon e o uso do motor nas embarcações fluviais, que passaram a substituir a vela e o remo.

O modelo nativo

Apresentaremos o “modelo nativo” construído pelos usuários dos recursos de várzea, e seus representantes, para compreender a forma como o segmento social dos pescadores, sejam moradores de várzea ou residentes nas cidades, refere-se aos problemas que reconhecem como legítimos nesse

trabalho coletivo de construção da realidade social da várzea, no baixo Amazonas. De modo ainda bem circunscrito, a partir de informações coligidas no trabalho de campo em uma situação etnográfica específica, apresentamos explicações consideradas significativas para um dos grupos sociais, que fornece um caso limite com o qual as diferentes percepções da singularidade dos fenômenos da várzea, antes levantadas por outros agentes que se manifestaram publicamente sobre os mesmos problemas, por meio de entrevistas, possam ser contrastadas, servindo para o exercício da comparação.

Na Colônia de Pescadores Z-19, em Óbidos, o comentário é que a várzea está tão abandonada pelos governantes quanto a terra firme. Todo mundo reclama da diminuição do pescado, por quê? Os próprios entrevistados indagam e respondem que a queda da produção do pescado deve-se, em parte, ao abandono dos governantes. Os pequenos agricultores de terra firme não têm como escoar sua produção, as estradas no interior do Pará encontram-se sem nenhuma conservação. A estrada denominada PA, que faz a ligação de Óbidos, Monte Alegre, Alenquer e Oriximiná, segundo disseram, há oito anos está sem qualquer conservação. Isso traz graves consequências para o homem do campo. Ele passa a migrar, em massa, para Óbidos e outras cidades da região. Uma vez lá, esses homens do campo vão procurar atividades remuneradas que estão mais “na moda”, para angariar o sustento próprio e o de sua família. Qual a atividade em que a demanda é maior? A pescaria. E quem nunca pescou vai, por necessidade, fazê-lo. “Na Colônia Z-19 atendemos muitos pescadores que têm tradição”. Assim, “o pai traz o filho para fazer a carteira e entrar como sócio da Colônia, pois ter a ‘carteirinha’ dá autorização para pescar”. Desse modo, os pescadores que não são profissionais ou não têm tradição na pesca, como disseram, mas têm necessidade de pescar para sobreviver, vão filiar-se também à Colônia e tirar a carteira para exercer a atividade, com o testemunho de dois colegas que praticam essa profissão. Na opinião deles, o descaso dos governantes com a agricultura familiar é a razão para o aumento dos moradores nos centros urbanos que se dedicam cada vez mais à pesca. Muitos vieram “corridos da terra firme”. Os entrevistados reconhecem também que a “agricultura de várzea”, tão importante para o plantio do arroz, feijão e milho, que podem alcançar maior preço no mercado, assim como o jerimum e a melancia, para o consumo doméstico, encontra-se igualmente “abandonada” pelos governantes. Segundo disseram, essa “várzea abandonada”, sem qualquer “tipo de incentivo” ao trabalho na agricultura, transforma-se numa área isolada, sem alternativa que possa “parar com a pescaria”, na qual o peixe capturado nunca é considerado suficiente, fazendo com que, cada vez mais, se pesque em maior quantidade. Só que, como observaram, os estoques pesqueiros não se reproduzem com a mesma velocidade.

Em Óbidos, como disseram, o que caracteriza a atividade pesqueira são os pescadores de “pequeno porte”, a base das embarcações para captura é de uma a duas toneladas de pescado. A embarcação mais usada é a bajara. Estimam que só uns quatro ou cinco “pescadores”, estejam prepara-

dos para transportar dez toneladas. Disseram que “quem tem barco desse porte, as chamadas geleiras, não pesca nos lagos da região. Preferem deslocar-se para o Estado do Amazonas, onde há mais dificuldade de fiscalização e podem vender para os frigoríficos de Manaus. As bajaranas vendem para os frigoríficos daqui, como o do Fortunato Xocron, que tinha usina na época da castanha, teve um período na juta e agora está na pesca”. Os informantes explicaram que a coleta da castanha só é possível em terra firme, onde crescem os castanhais nativos, mas na várzea, o fim do cultivo da juta “jogou o pessoal na pescaria”. Nos bairros de periferia de Óbidos, formados a partir dos anos de 1970, verificamos que a maioria dos seus moradores é ligada à atividade pesqueira, segundo informações obtidas na Colônia de Pescadores Z-19 e no escritório local do IBGE³.

Os informantes disseram ainda que a migração do homem do campo para a cidade começou na década de 1970. “Na estrada de Óbidos a Alenquer, entre as localidades de Rio Branco e Curuá, era só um castanhal grande. O povo tinha ocupado aquelas áreas em lotes de menos de 500 metros quadrados. Hoje a área foi entregue para os “criadores”, os castanhais viraram pastos. Para quem conheceu aqueles castanhais é de “chorar”, um verdadeiro “cemitério de paus”. Sobre a frente de expansão camponesa originária do Nordeste e, principalmente, do Maranhão, disseram que “esse povo todo vem sem orientação, agredindo a natureza sem saber. Alguns trabalhadores até constroem um patrimônio, mas depois abandonam tudo e seguem em frente, às vezes até perdem o que ganharam e voltam às *colônias* (lotes na terra firme) de Óbidos”. Ao serem informados que estava previsto um workshop no âmbito da nossa pesquisa, apresentaram um verdadeiro “pacote pronto”, como disseram. “É preciso reunir todo mundo num seminário, porque essa várzea é muito boa para plantar. É preciso discutir uma saída, se ficar só na pesca, ela vai encolhendo cada vez mais”.

A Colônia Z-19 tem 3.500 sócios dos quais estimam que 1.000 encontram-se em dia com as mensalidades. Eles disseram que sempre estabeleceram Acordos de Pesca, em Óbidos, porém, consideram que atualmente o maior problema tem sido o Acordo do Lago Grande do Curuai, que pertence também aos municípios de Santarém e Juruti. Segundo o depoimento, “tivemos reunião com o pessoal do ProVárzea, do Ibama, do MPF, e aceitamos tudo (as cláusulas do Acordo), menos a suspensão das bajaranas (definidas por eles como canoas de 11 metros com motor de centro). Afinal, fo-

³ O chefe da agência do IBGE, em Óbidos, informou-nos que no Censo Demográfico de 2000, realizado no bairro Bela Vista, do total contabilizado de 73 domicílios haviam 57 deles ocupados e 16 eram de ocupação ocasional, pertencentes provavelmente a moradores de várzea, sendo contadas 254 pessoas. Em outro bairro, Perpétuo Socorro, dos 106 domicílios contabilizados, 88 eram de ocupação permanente, no total de 392 pessoas. Pelos dados oficiais, segundo o entrevistado, a população urbana de Óbidos era menor do que a rural. Porém, muitos bairros periféricos de Óbidos, como o de Bela Vista, chamado de “ponta de rua”, estão classificados no zoneamento municipal como bairros rurais. À medida que forem incluídos na zona urbana, essa proporção se inverte, e a zona urbana do município de Óbidos torna-se maior que a rural.

ram mais de 80 financiadas pelo Basa. Em Santarém, preferiram o batelão e, para capturar o peixe, usam canoas, enquanto a bajara já é uma canoa que permite transportar o pescado. Nós, de Óbidos, não aceitamos a proibição de bajaras no lago”. Para reforçar a defesa dessa posição, o informante argumentou: “antigamente quem tinha o motor era o senhor de terra, criador de gado. O tempo foi evoluindo, aumentando a necessidade para certas coisas, o que aconteceu? O caboclo trabalhou bem, conseguiu uma máquina, um motor de potência, com 4, 5, 11 ou 18 HP, que coloca na própria canoa para ajudar a pescar. Eles estão com ciúmes porque não fizeram esse empréstimo para a bajara, então querem que a gente de Óbidos tire a bajara para entrar com os oito itens (do Acordo de Pesca) o nono é com a bajara. Aceitamos diminuir os arreios, as canoas, com tudo nós concordamos, são só três palmos de malhadeira de 100 metros cada uma. Tanto faz ser um navio ou uma canoa, o tamanho é esse, concordamos com tudo, menos a retirada das bajaras”. Nessa altura do depoimento fizemos a seguinte pergunta: se os arreios são os mesmos, por que a bajara captura mais peixe? A resposta foi que “enquanto na canoa o pescador dá uma volta no remo, na bajara ele consegue dar quatro voltas”. Disseram, ainda, que acontece também de a bajara, nas voltas que dá, não pescar o suficiente nem para cobrir as despesas do gelo que compra. A superioridade das bajaras, segundo eles, “não é assim como dizem”. Sobre os pescadores de Santarém que estão contra as bajaras, contaram que o dia 28 de março foi a data de abertura do defeso. No entanto, “no dia 3 de abril (2002), o pessoal do Lago Grande chegou a Santarém com duas toneladas do peixe que estava proibido, o mapará. Os barcos grandes de Santarém, as geleiras de lá têm entrado no Lago Grande”. As disputas nesse caso do Acordo de Pesca no Lago Grande do Curuai devem ser relacionadas à problemática sociológica sobre “quem acusa quem” (Gluckman, 1975, p. 71), como um modo de investigar os tipos de relações sociais em que ocorrem e relacionar outras situações e incidentes, procurando esclarecer as conexões entre eles.

No término da entrevista na Colônia Z-19, os informantes apontaram na direção de uma área edificada, ao fundo do canal que banha a sede, para um bairro de Óbidos de nome Bela Vista. Esse bairro, segundo disseram, foi formado recentemente, sendo que 50% a 60% dos moradores vieram da várzea e da pescaria. Perguntamos se eles mantinham suas casas na região de várzea. Alguns abandonaram, conforme disseram, outros ainda se mantêm na várzea, geralmente o pai de família, pois a mãe costuma acompanhar os filhos para estudarem na cidade de Óbidos. Outros bairros foram também mencionados, como os de São Francisco, Cidade Nova e do Engenho, onde se encontram muitos pescadores. Na cidade de Óbidos sustentam-se no período da safra do peixe, depois “acaba o trabalho de pescar para vender nos frigoríficos. Fora da safra os moradores vivem somente para comer, pescam só para sustentar as crianças”.

A partir da nossa experiência de campo pudemos constatar o constante fluxo dessa população ribeirinha, que fixa suas moradias nos cen-



■ FIGURA 1 – Bairro Bela Vista, em Óbidos (2002).

tros urbanos da região, algumas vezes em caráter definitivo, outras temporariamente, de acordo com a sazonalidade de inverno (chuvas e cheia) e verão (seca e vazante). Algumas casas no perímetro urbano abrigam todo o grupo doméstico, outras servem de moradia permanente para alguns membros da família, como os filhos e filhas adultos que se empregam na cidade ou, ainda, crianças acompanhadas que vão completar os estudos, criando um vaivém constante entre o chamado interior – “que têm no baixo curso do rio Amazonas, nos igarapés, paranás e nos lagos de várzea, seus mananciais representativos de domínios pesqueiros” (Furtado, 1993, p. 40) – e as sedes municipais.

Os moradores da cidade, que se dedicam quase que exclusivamente aos trabalhos da pesca, com pouca participação da mão-de-obra familiar, passam a ser considerados, segundo bibliografia consultada (Furtado, 1993), “monovalentes”, pela especialização na atividade pesqueira. Destaca-se ainda o fato desse grupo dos chamados produtores monovalentes, que se dedicam à pesca comercial para subsistência própria e de sua família, residir em geral nos bairros de periferia das cidades da região, abandonando as antigas condições de vida na várzea do baixo Amazonas. A emergência desses pescadores monovalentes dos centros urbanos é considerada como resultado de um processo de mudança recente, a partir do início dos anos de 1970, que incide principalmente sobre as condições de vida na várzea, e tem implicação no deslocamento espacial de parte da população ribeirinha

do “interior” para a periferia dos núcleos urbanos. Contudo, observamos durante o trabalho de campo realizado em setembro de 2002 – duas décadas após os estudos citados, realizados nos anos de 1980 –, que a mudança não recai apenas sobre a formação de uma nova categoria de trabalhadores, sediada nos centros urbanos, que faz da pesca sua principal base de sustento. Para quem permanece vivendo na várzea – os chamados varjeiros, a pesca, da mesma forma, tem assumido a dimensão de um *cash-crop* em substituição ao cultivo anterior da juta, o que em certas circunstâncias, principalmente de intensa exploração comercial, pode alterar igualmente as bases sustentáveis de reprodução das condições de trabalho e manutenção das unidades familiares, que retiram, por meio do uso de recursos naturais renováveis, não só a base do seu sustento, mas também sua própria reprodução como grupo social.



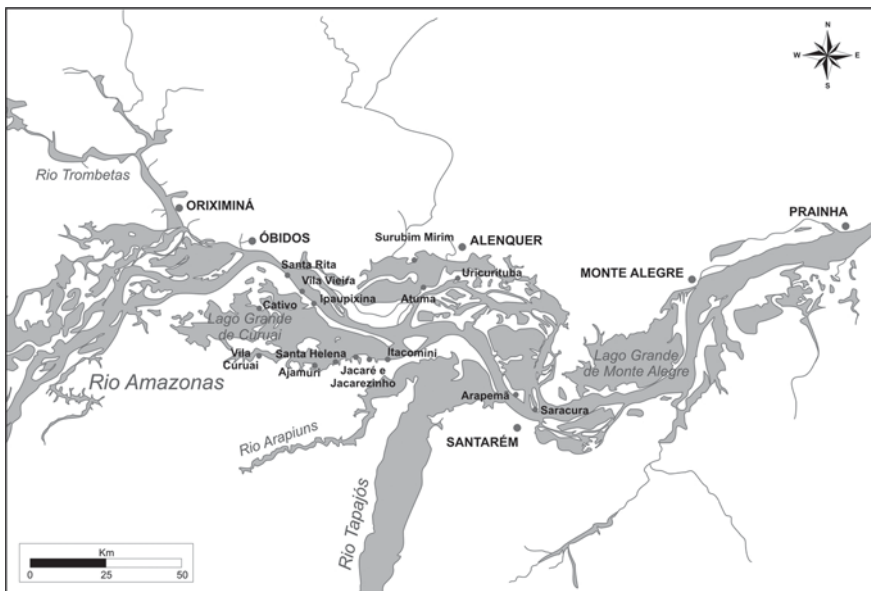
■ FIGURA 2 – Pescadores no porto de Óbidos.

Os processos sociais de pequena escala

Na segunda etapa de nossa pesquisa no baixo Amazonas, realizada em abril de 2003, passamos a investigar mais detalhadamente os “processos sociais de pequena escala, no nível mais basal” (Kuper, 2002, p. 235), como dizem os antropólogos, a partir de estudos de caso locais sobre os grupos domésticos que vivem e/ou usam a várzea para reprodução de determinadas condições de trabalho e manutenção, considerando as mudan-

ças e/ou diferenciações nos padrões de vida da população ribeirinha. O trabalho de campo foi realizado por meio de visitas às comunidades ribeirinhas nos municípios de Santarém, Óbidos e Alenquer, visando uma investigação de ‘primeira mão’, com o objetivo de compreender qual a construção da realidade de várzea pelos atores sociais que são usuários dos recursos naturais renováveis nessa região do baixo Amazonas (Figura 3). Assim, ao adotarmos uma perspectiva regional, pretendemos evitar qualquer pressuposto de isolamento das comunidades ribeirinhas, como territorialmente circunscritas e divididas por unidades administrativas, para incluí-las dentro de um contexto regional, compreendido como um campo de relações sociais, que pode ainda ser culturalmente definido. Por meio da combinação dos “pontos de vista parciais”, dos grupos estudados, pretendemos produzir um modelo aproximado da conceituação dos atores sociais sobre os padrões de vida na várzea do baixo Amazonas, “segundo critérios locais de sustentabilidade e vulnerabilidade”.

No entanto, para efeito de descrição dos modos de vida e as condições de reprodução, manejo e uso dos recursos naturais renováveis, dos grupos domésticos que vivem da pesca, agricultura e extrativismo na região do baixo Amazonas, não podemos prescindir da auto-atribuição que fazem os atores sociais sobre a existência de um espaço físico e social delimitado pelas fronteiras entre as comunidades ribeirinhas. Se a divisão em comunidades concebidas como coletividades territoriais, circunscritas e autônomas tem sido a forma prevalente de reconhecimento social e político desse campesinato ri-



■ FIGURA 3 – A região de estudo e as comunidades visitadas.

beirinho, ela serve igualmente como instrumento de ordenação e gestão governamental sobre o território de várzea no baixo Amazonas. A “representação igualitária” entre as diversas comunidades ribeirinhas, de modo algum faz delas totalidades fechadas, pois ao contrário, em nossa observação etnográfica pudemos constatar um jogo complexo de alinhamentos e divisões na arena política regional, acompanhado de conflitos locais pelo uso dos recursos naturais renováveis. Esse é o caso do Lago Grande do Curuai, que divide as Colônias de Pescadores de Santarém e Óbidos, no alinhamento entre diversas comunidades ribeirinhas, de ambos os municípios, nas tomadas de posição diante dos conflitos de pesca, assim como do lago de Atumã, em Alenquer, freqüentado por moradores do Lago Grande, acusados de praticar pesca “predatória” no município vizinho.

Proceder a tais estudos de caso detalhado ajuda a “identificar, diferenciar e comparar variações na organização da vida” (Barth, 2000, p. 171) no contexto ecológico da várzea do baixo Amazonas, assim como delinear campos de atividades conectadas entre a pesca, a agricultura e o criatório de gado. Essas atividades congregam grupos domésticos pertencentes a comunidades locais, distribuídas territorialmente e integradas em redes sociais sobrepostas, dentro de uma unidade ecológica de grande escala, definida por um sistema integrado de lagos na região que abrange os municípios de Alenquer, Santarém e Óbidos.

Esse “conjunto de sistemas sociais de escala reduzida, que pertencem a uma mesma família” (Geertz, 1999, p. 279), serão descritos a partir de um exemplo concreto de uma comunidade local, que pode ser representativo para cobrir certo conjunto de possibilidades organizacionais, a partir dos elementos comuns a todo caso possível a ser considerado sobre as condições de trabalho, reprodução, manejo e uso dos recursos naturais renováveis, na várzea do baixo Amazonas⁴. Tal exemplo concreto será seguido pelo relato de situações específicas enfocadas a partir dos atores sociais no seu contexto, de maneira que, como diz Barth (2000, p. 177/178), revele as contingências, o grau de padronização e as dimensões de variação entre as comunidades ribeirinhas.

Desse modo, a metodologia utilizada foi a de “comparar cada relato de modo a evidenciar quais as diferenças existentes entre eles” (Barth, 2000, p. 194/196), assim como proceder às “comparações entre situações, casos e

⁴ A descrição segue o roteiro comum usado nesse estudo estratégico do ProVárzea. Ao optar por esse tipo de apresentação dos resultados, que procura reconstituir o contexto etnográfico no qual o material de campo foi coligido, em vez de disponibilizá-lo apenas na forma desencarnada das tabelas e gráficos, pretendemos evitar que, ao fazer uso de valores monetários para medir as operações de produção, repartição e consumo, o conteúdo social que os distingue se perca e, como diz Sahlins (2004, p. 303), “toda cultura pareça ser constituída por (e como) um cálculo econômico sistemático por parte de indivíduos autônomos” e utilitaristas. Assim, esperamos igualmente integrar à análise (e atender) um dos objetivos desse componente dos estudos estratégicos, que é o de fundamentar o conhecimento produzido “na perspectiva das populações locais sobre a problemática socioambiental da várzea, (visando) subsidiar o ProVárzea, na formulação de políticas públicas” (vide Síntese do Estudo Estratégico, no final dessa publicação).

vozes de um grupo designado”, como esse de agricultores e pescadores ribeirinhos, para estabelecer o “arco das variações descritas”. Esse método comparativo, que assume “uma perspectiva centrada nos atores e nos parâmetros que afetam sua ação” (Barth, 2000, p. 195), é característico de uma vertente antropológica cuja análise e interpretação recai “sobre dados obtidos preferentemente por observação direta (...)” (Cardoso de Oliveira, 1995, p. 178).

Caso exemplar: Santa Rita, comunidade do município de Óbidos

Localizada no percurso da travessia do Amazonas até a cidade de Óbidos, no caminho que costumam fazer em uma embarcação de 18 HP, os moradores de Santa Rita freqüentam esse centro urbano para tratamento de saúde, nos casos considerados mais graves, e para recebimento de aposentadoria, comercialização de produtos e aquisição de bens de consumo. A área total da comunidade é calculada em 5 km de comprimento e 2 km de fundo até a beira do lago Piedade, usado na pesca para o consumo familiar. O número de domicílios é estipulado em 53 casas para um total de 68 famílias. A divisão em lotes familiares demarca o espaço onde fixam suas moradias. Tais lotes variam entre o máximo de 700 metros até 20 metros de frente, considerados mínimos, todos fazendo limite, ao fundo, com o lago Piedade. Os informantes fizeram a contagem de lotes por “cabeça de família”, totalizando 43 lotes. Alguns deles são divididos entre os filhos adultos que constituem novas famílias, formando, como dizem, pelas subdivisões entre as casas, um tipo de “vila”. Na frente da comunidade de Santa Rita, ao longo do rio Amazonas, ficam os lotes. Atrás tem um “resto de mata” e os lagos e igarapés, que inundam no inverno e formam os chamados recantos, usados como pastos naturais no verão. Essa área é considerada de uso comum da comunidade, diferentemente dos lotes familiares na parte da frente do rio, por sua vez, chamada de restinga, na qual plantam pequenos roçados, próximo das casas construídas a um metro e meio acima do chão, por causa das enchentes periódicas.

Os moradores da comunidade costumam pescar no lago Piedade, considerado dentro da circunscrição administrativa de Óbidos, e ainda nos lagos Guariba, igarapé Santaninha até o Lago Grande da Franca ou Curuai. Contudo, o uso desse sistema integrado de lagos até o Curuai é feito principalmente para a pesca comercial do peixe mapará, pois “o pessoal daqui, que pega o peixe aqui, o peixe de escama (para o consumo familiar), só no lago Piedade mesmo”, que fica detrás da comunidade.

Na entrevista, os moradores foram unânimes ao considerar que a questão da pesca no Lago Grande do Curuai tem criado muita “polêmica”, porque, como disseram, os moradores de lá “praticamente não querem que o pessoal de Óbidos pesque para lá, mas os de lá vêm pra cá”. Segundo

os moradores de Santa Rita, “a situação está muito difícil para o pescador daqui”. Do ponto de vista deles, isso se deve principalmente em função de um “monte de leis e regulamentos para o pescador”. Dizem que “têm pessoas que são analfabetas (não lêem os regulamentos), não têm nem o registro (de pescador) e não podem pegar o peixe”. Lembram-se de que “antigamente não tinha nada disso, o pessoal pescava e tinha condições de sobreviver”.

A utilização da pesca como um *cash-crop*, isto é, que tem o objetivo de comercialização, cria um aparente paradoxo na visão dos informantes, entre a vida na várzea no tempo em que a pesca possibilitava a *sobrevivência* e a manutenção das famílias e a situação atual, que envolve a pesca comercial. Como disse uma moradora diante de seus filhos e netos durante a entrevista, o marido dela, alguns anos atrás, “empregava várias pessoas (da própria comunidade) para pescar; hoje ele não pode mais empregar porque não tem mais peixe”. Durante a entrevista, ficamos sabendo que a embarcação bajara, pertencente ao seu marido, havia saído para a pesca do peixe mapará com uma tripulação de dois moradores vizinhos da comunidade de Santa Rita, enquanto em anos anteriores era pelo menos o triplo de pescadores embarcados. A entrevistada, que é agente de saúde da comunidade de Santa Rita, contou sobre uma visita que fez a alguns moradores doentes, que a deixou “triste”, pois concluiu que estavam todos “passando muita necessidade”. O marido não podia mais servir de alternativa para “empregar” os vizinhos mais necessitados, porque “a pesca não pega mais nada” e se pergunta “como esse povo vai viver agora?” A idéia de que “agora não tem peixe” vem acompanhada da constatação de que a pesca “ficou muito difícil, é só (para pagar a) despesa (da própria pescaria)”. Comparativamente, consideraram que melhor (para o ganho deles) seria fazer um “roçado de 5 hectares em terra firme”.

O sobreesforço da pesca é um diagnóstico consensual entre os moradores de várzea da região do baixo Amazonas, diante do afluxo de populações residentes nas “pontas de rua” das cidades e bairros da periferia, que perderam suas áreas de cultivo na “terra firme” – como pôde ser constatado no primeiro trabalho de campo, com a formação de vários bairros na periferia da cidade de Óbidos. Segundo os entrevistados da comunidade de Santa Rita, o “pior” para a pescaria foi o projeto do governo de financiar em Óbidos, por meio do FNO, “bajara, motor, rede, arreio, tudo junto, aí acabou mesmo a pescaria”. Porque, como explicaram, muita gente foi financiada, aumentando demais o número de pescadores, que também ficaram sem condições de “pagar a conta” do financiamento com a redução do pescado vendido para os frigoríficos, sendo que “metade desse povo vem da cidade para os lagos da várzea”.

Voltemos à vida na comunidade de Santa Rita, que celebra a padroeira em 22 de maio, com a realização de uma missa e comemorações de festejos da santa todo primeiro sábado de dezembro, com o congregar entre os moradores e a visita dos filhos e parentes que passaram a viver na cidade de Óbidos ou outros centros urbanos da região. A festividade é

realizada com o dinheiro arrecadado entre os vizinhos por uma comissão de moradores encarregada de organizar o evento. Na comunidade há dois clubes de futebol: Canto do Rio e Santa Rita, que pelem entre si e outros times das comunidades ribeirinhas contíguas. Vários moradores são associados à Colônia de Pescadores; outros, ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, em função da prevalência da atividade agrícola ou da pescaria para reprodução das condições de trabalho e manutenção na várzea do Amazonas. Os moradores dizem que geralmente as mulheres filiam-se mais ao Sindicato e os homens à Colônia, apontando para uma divisão sexual do trabalho entre agricultura e pescaria. Porém, verificamos que a delegacia sindical dos trabalhadores rurais em Santa Rita é representada por um morador, chefe de família, que na ocasião da nossa visita estava “viajando”, sendo que adiante, neste relatório, na parte referente ao cálculo econômico do grupo doméstico, tentaremos compreender essa divisão das atividades agrícolas e pesqueiras por meio do acionamento de diferentes estratégias pelos membros da família, que ultrapassam a simples divisão por sexo. As mulheres da comunidade de Santa Rita participam de um movimento chamado Organização de Mulheres do Baixo Amazonas – Omtbam –, e fundaram a Associação de Mulheres de Santa Rita, que “ajuda”, segundo elas, os clubes de futebol da comunidade nas atividades que promovem. Em prol da comunidade também trabalham a coordenação e a equipe do dízimo da Igreja Católica.

Na parte mais central do alinhamento das casas, de frente ao rio, encontram-se o posto de saúde, a escola e o “barracão comunitário”, todos com luz gerada por placa solar. Além da agente de saúde, há uma parteira, também moradora de Santa Rita, que recebeu treinamento em Óbidos. Na escola as turmas são multisseriadas, da 1ª a 4ª séries, sendo que uma das professoras contratadas pela prefeitura é da comunidade e a outra é moradora da cidade de Óbidos. A idade dos alunos varia entre 6 e 15 anos e eles recebem merenda escolar. A agente de saúde considera “precárias” as condições de atendimento no posto pela falta de remédios, avaliando igualmente como “precárias” as condições de saúde dos moradores. As doenças mais frequentes são a diarreia e a gripe, tanto no verão quanto no inverno, mas considera que não há doenças de maior gravidade. Recentemente ela fez um curso sobre o tratamento e a preparação de remédios caseiros na paróquia de Óbidos, que passará a usar igualmente para auxiliar no tratamento dos enfermos. Ainda sobre as condições de saúde na comunidade foi comentado que a incidência de diarreia diminuiu com o tratamento da água com hipoclorito ou fervendo-a, e quem faz uso desses expedientes “controla melhor”. A água consumida e utilizada nas casas é a “água barrenta do rio mesmo; na prefeitura disseram que aqui não presta para fazer poço porque a água é salobra”.

Os períodos de cheia, vazante e seca acompanham o verão e o inverno amazônico: de dezembro a julho ocorre a cheia; no fim de maio ou de junho em diante é a vazante, que vai até setembro; daí até outubro é a seca

propriamente dita; e em novembro ocorre o chamado repiquete, quando a maré sobe e recua. O período de plantio é na vazante, quando fazem os balcões de hortaliça e roça de mandioca, feijão, tomate, melancia e banana, “só que tudo é pouco porque na várzea não pode plantar muito, tudo é pouquinho”. Isso porque “no período da enchente, muitos (plantios) não resistem, têm que ser colhidos. No caso (por exemplo) de uma roça de mandioca, se a água chega, apodrece (as raízes)”. A várzea do Amazonas exige, portanto, um cálculo familiar do tamanho dos plantios em função das variações climáticas e do tipo de terreno alagadiço. Inclusive a roça de mandioca, segundo disseram, são poucas as famílias que atualmente plantam: vivem mais da pescaria. As espécies de pescado são o tambaqui (“só o bocó”, de tamanho bem menor), surubim, pescada, acari etc., que só deixam de pescar no período do “defeso”. O pirarucu não tem mais, o tracajá também – “hoje não se vê mais, é difícil. O peixe-boi, se aparecer aqui, ninguém conhece mais”. Na comunidade criam gado branco e “só tem criatório de gado búfalo na comunidade vizinha de Vila Barbosa”. A quantidade de gado, por família, varia entre 100 e 400 reses. No total, calculam que a comunidade possui cerca de 2.000 ou mais reses. Durante a entrevista podia-se avistar várias reses na beira do rio. Quando “baixar o rio” o gado vai para o *retiro*, área atrás da comunidade, na direção do lago Piedade, onde os moradores também costumam caçar capivara, pato-do-mato e marreca, conforme disseram. Ainda sobre o gado, na cheia fazem a transumância para as terras na “colônia”, sendo que alguns moradores têm terreno lá, outros “arrendam” essas áreas de terra firme.

A comparação entre a fartura no passado, testemunhada pelos moradores mais antigos, e a dificuldade atual da vida na várzea, é um assunto recorrente entre os moradores de Santa Rita. Eles lembram do tempo em que “essa comunidade era um imenso caccoal, todo esse meio aqui (incluindo as comunidades vizinhas da beira do Amazonas) era um caccoal”. A geração atual dos avós disse que no tempo de criança havia “muita fartura”, plantavam caccoal, depois conheceram a juta e de lá para cá substituíram o plantio da juta pelo capim para a formação de pastagem para o gado. A juta, segundo eles, “está com dez anos que terminou”. Na década passada tinha menos moradores do que hoje e muitos também abandonaram o terreno de várzea com o fim da juta. Na beira do Amazonas faziam o embarque do cacau e, posteriormente, da juta. Os “velhos”, pais e avós, foram morrendo. “Meu avô era português e casou com minha avó, moradora da Costa de Cima”, a montante da cidade de Óbidos. Toda aquela parte da comunidade de Santa Rita, na direção jusante, era conhecida como Costa de Baixo. O avô português de uma das moradoras era tio de outro morador presente à entrevista, indicando o entrecruzamento das famílias e o parentesco entre os moradores da comunidade. A maioria deles nasceu e se criou ali. Os terrenos em que construíram as casas foram, em alguns casos, ocupados recentemente, pois segundo um morador, de acordo com o tamanho da família e o número de herdeiros, a aquisição de outras áreas, pertencentes aos vizinhos que saíram

da várzea para os centros urbanos ou para terrenos de terra firme, tornara-se uma necessidade para os grupos domésticos mais extensos, “com muitos herdeiros”. “Dez herdeiros para cinquenta metros de terreno... ficaria inviável para cada um construir ali sua casa”. Também no caso de outro morador, parte da área que ocupa com sua família é de herança; a outra foi comprada de um morador, “filho daqui”, que foi com a família para Santarém, onde souberam que ele havia falecido.

Informaram, ainda, que a comunidade de Santa Rita só passou a existir depois de 1962. Antes fazia parte da localidade chamada Costa de Baixo, que incluía a maioria das comunidades ribeirinhas situadas na beira do Amazonas, a jusante da cidade de Óbidos. A Prelazia de Óbidos, por meio do trabalho de catequese, foi dividindo e agrupando em comunidades os moradores ribeirinhos, no formato em que se encontram atualmente distribuídos como unidades administrativas territorialmente circunscritas.

Vimos que os moradores da comunidade de Santa Rita vivem da agricultura e da pesca. Ambas as atividades podem ser compartilhadas por um mesmo grupo doméstico, mas observamos uma divisão entre as diversas famílias sobre a atividade considerada por eles estratégica do ponto de vista da reprodução das condições de trabalho familiar, que combina de modo diferenciado a agricultura e a pesca. Na parte referente ao cálculo econômico do grupo doméstico iremos examinar essa ênfase numa ou noutra atividade para fins de comercialização. Ao perguntarmos, por exemplo, aos entrevistados: vocês plantam? Um deles respondeu-nos sobre o vizinho sentado ao seu lado: “ele planta, (enquanto) a gente (ele próprio e sua família) vive mais da pesca e do criatório”. No decorrer da entrevista ficamos sabendo que na concepção deles aquele que “planta” costuma desenvolver também o plantio de roçados na chamada “colônia”, onde possui um lote situado na “terra firme”. Segundo esse mesmo informante, que pratica a agricultura, “eu pesco mais para a manutenção”, isto é, para o consumo familiar. Por isso não participou muito da nossa conversa com a família que tinha uma bajara sobre o preço de R\$ 1,00 pago pelo quilo do mapará em um frigorífico de Óbidos.

A dificuldade da vida na várzea é atribuída ao trabalho na agricultura e na pesca, pois “o ganho da pesca está baixo e o plantio depende do ciclo verão/inverno”. No caso daqueles que vivem só da agricultura e “pescam para comer”, essa alternativa depende de um outro fator presente no cálculo de manutenção do grupo doméstico, a aposentadoria dos mais velhos. Um casal, durante a entrevista, considerou que no caso deles, como são dois aposentados e “pouca família (isto é, filhos para manter) ainda dá para sobreviver”. Mesmo assim, eles consideram que trabalham muito; se fossem esperar só pelo dinheiro da aposentadoria não daria para viver, ou, como afirmaram, “não é coisa que preste”. Compararam, ainda, o ganho na pesca com o tempo da juta, dizendo que na “época do trabalho na juta, na verdade um trabalho ruim, dentro d’água, a gente ganhava alguma coisa”. O pescador, de trinta e três anos, disse que naquela época ele era novinho,

tinha quinze ou dezesseis anos, porém “o ganho era mais certo na juta”. A mãe dele disse que o marido tinha saudade da época da juta, quando eles tinham “dinheiro guardado” e puderam comprar parte do terreno de várzea onde hoje moram, aumentando a área de terra recebida como herança familiar. Ela completou dizendo que “na pesca não tem isso. Hoje, se você quiser comprar uma coisa e não tiver uma rês para vender não compra, pois o dinheiro que ganham na pescaria não dá”. A idealização do passado, sobre o tempo da juta em que ganhavam mais, é contraposta às dificuldades do “ganho” com a pesca no presente. Contudo, a pesca também lhes proporcionou a aquisição desse terreno urbano e a construção de uma casa em Óbidos, pois o gado que venderam para a aquisição desse bem imóvel representa, de fato, uma espécie de poupança na qual aplicaram o dinheiro ganho com a pescaria.

Sobre o cálculo econômico familiar e a incidência do celibato

A organização da produção e consumo se efetua nos quadros das chamadas unidades familiares de produção, isto é, da pequena exploração familiar no interior de comunidades locais. Na comunidade de Santa Rita entrevistamos três grupos domésticos para compreensão das condições de trabalho, reprodução e manejo dos recursos naturais renováveis, buscando a identificação de elementos comuns ao conjunto de operações destinadas a fornecer aos grupos domésticos seus meios materiais de existência, que são a organização da produção, da repartição e do consumo.

A composição dos grupos domésticos obedece a um mesmo padrão: unidades familiares extensas que compreendem a geração dos pais, filhos e netos. O cálculo da despesa é considerado um só, mesmo que haja a divisão de tarefas e esferas diferenciadas de repartição dos ganhos e produtos.

A existência de filhos solteiros adultos com mais de trinta anos em diversas famílias foi assunto da conversa entre os presentes na situação de entrevista. O pescador de trinta e três anos, acompanhado de sua mulher, associou a existência de muitos homens solteiros à própria dificuldade da vida na várzea, dizendo literalmente: “está vendo? É difícil até mulher aqui na várzea, com tanto homem solteiro”. Ele próprio havia se casado com uma moça que conhecera na cidade de Óbidos, quando lá estudava, e a esposa, procedente de uma comunidade da terra firme, foi igualmente morar naquele centro urbano. Outros atribuíram a permanência de filhos homens adultos e solteiros na casa dos pais ao contexto atual em que consideram a dificuldade da vida na várzea ainda maior. Como explicou uma mãe, referindo-se ao celibato do seu filho: “ele diz (que) eu não arranjo mulher porque a situação está difícil. Uma mulher precisa comer, vestir e calçar. Não vou trazer para passar mal”. A mesma informante mencionou que duas de suas filhas foram morar em Belém e em Manaus. Se pensarmos no domí-

nio do parentesco e alianças matrimoniais como uma troca de mulheres entre grupos, essa família com um filho solteiro adulto de mais de trinta anos tinha igualmente duas filhas mulheres em idade de casar fora da várzea, vivendo nos grandes centros urbanos da Amazônia. A incidência do celibato, no caso dos homens, pode ser atribuída à saída das mulheres da várzea, tornando mais restrita a possibilidade de troca matrimonial entre os grupos domésticos.

Pode-se constatar uma diferenciação entre os grupos domésticos na comunidade de Santa Rita, no modo de consorciar as atividades pesqueira e agrícola. Dois grupos domésticos entrevistados vivem mais da agricultura e o outro da pesca. No caso daqueles que consideram a agricultura como a base do sustento familiar, costumam proceder a venda das lavouras na cidade de Óbidos, “nas bancas das feiras feitas quintas e sextas-feiras, organizadas pela secretaria municipal de agricultura”. Toda semana, D. Maria Clarice, esposa de seu Enoque, vai vender produtos na feira em Óbidos. Leva jerimum, banana, “a banana amarela vendo a R\$ 1,00 a dúzia, a banana grande vendo quatro delas por R\$ 1,00. É melhor vender assim, a retalho, do que no cacho, em que não querem dar mais do que R\$ 5,00. A banana pode fritar, fazer mingau. Levo (para a feira) também goiabada, boto o produto na sacola – isto é, na tarrafinha – vendo a R\$ 0,50”. Ao ser perguntado se pescava, o marido respondeu que os filhos pescam, saem em embarcações de outras pessoas da própria comunidade que têm “capital, donos de bajara”. Enoque e os filhos têm “canoinha” que usam na pesca. Quando os filhos trabalham embarcados na bajara, costumam ganhar R\$ 30,00 ou R\$ 40,00, “mas o peixe está cada vez mais difícil. Eles (os filhos) tiram para vender (o pescado) e para o consumo da casa”. O “dinheiro que eles ganham é deles, porque não trabalham na agricultura”. Ocorre, assim, uma divisão de tarefas entre a pescaria e a agricultura, pois “trabalhar embarcado” é uma tarefa dos filhos homens adultos. O casal vive da agricultura e a mãe comercializa os produtos agrícolas de sua unidade de produção, e de parentes e vizinhos, na feira de Óbidos. “Só pode vender na feira quem possui inscrição na secretaria de agricultura”. Segundo D. Maria Clarice, “tem semana que levo (produtos) da filha, do irmão”, mas tem semana que “tiro” R\$ 15,00 da própria produção, e descontado o custo da passagem de barco e da “merenda” (refeição ligeira feita na viagem ao centro urbano), “o que é (apurado) dos parentes dou para eles”. O “consumo” da casa quando os dois filhos encontram-se embarcados e só fica ela, o marido e um “netinho” é considerado pouco, “dois quilos de peixe por dia”. É preciso comprar farinha para o consumo, pois “na várzea não se planta muita mandioca”. Conso-mem por mês uma média de 10 kg de farinha, e compram na feira o que não produzem, como a pupunha e o cupuaçu. Toda semana trazem da cidade o pão, o biju, “que a gente não fabrica”, a farinha de tapioca, considerada melhor ainda de consumir em substituição ao pão. Esses produtos são comprados semanalmente, mas também fazem uma compra men-

sal, com o dinheiro que ela e o marido ganham da aposentadoria. Para “passar o mês”, adquirem no comércio de Óbidos 10 kg de farinha, 5 kg de açúcar, café (3 pacotes) e leite (3 pacotes), no valor total de R\$ 51,00 reais. Na verdade, ela faz essa compra quinzenalmente, com o que recebe da aposentadoria; na outra metade do mês é a vez do marido repor esses mesmos produtos com o benefício que recebe. Eles têm uma criação de 50 “bicos”, entre galinha e picote (galinha-d’angola) para o consumo da casa e não possuem gado no pasto. Ambos disseram que vivem da aposentadoria e da lavoura. O ganho dos filhos na pescaria é para o sustento deles, quando “ganham mais um pouco, repartem (com os pais)”.

O outro casal entrevistado vive mais do plantio do que da pesca, apenas considerada uma atividade para o consumo da casa. D. Tarcila entrega toda semana o quiabo, a cenoura, a couve, o jambo, o tomate e o feijão-de-corda que ela e o marido produzem na várzea à cunhada, para vender na feira de Óbidos. A venda costuma ser feita por unidade, por maço, pelo qual é cobrado o valor médio de R\$ 0,50. No verão a água (do rio) fica muito longe dos canteiros por causa da formação de grandes praias. Apesar de o cultivo ficar “mais difícil e cansar um pouco”, pois precisam carregar baldes de água para regar os canteiros, dizem que justamente no período de seca brotam o tomate, o maxixe e o pepino, que vendem também – a “penca do maxixe vale R\$ 1,00”. Quem vende para D. Tarcila na feira de Óbidos é D. Maria Clarice, do casal anteriormente entrevistado. “Ela (a cunhada) leva o dela próprio, o nosso, o de outro vizinho e tem que tirar também do trabalho dela” (de vender os produtos na feira). O ganho varia semanalmente e pode ser de dez, treze, quinze ou até vinte e dois reais. O marido, Sr. Joel, pesca para o consumo, mas às vezes “dá de vender um peixinho”.

Ambos também são aposentados. Os dois filhos adultos pescam também embarcados, “mas esse ano não, por causa da dificuldade” de obter o pescado. Quando pescam, contribuem com metade da “renda deles; se der R\$ 20,00 por semana, R\$ 10,00 é da família. Quando eles não estão ganhando (na pescaria), quem ajuda eles somos nós”.

Esse casal faz as despesas com um irmão (do marido) que tem uma mercearia, onde fazem as compras. Quando falta um produto em casa, vão se abastecendo na mercearia e o pagamento é feito mensalmente com a aposentadoria. Às vezes pagam aos poucos, treze, vinte, trinta reais, e geralmente o total é de um pouco mais de sessenta reais por mês. O consumo de cinco pessoas na casa é calculado em 50 kg de farinha por 55 dias. Consumem peixe com farinha, mas às vezes também comem carne, galinha ou pato – eles têm criação de 23 aves – mas “diário mesmo é o peixe”. Quando os filhos estão em casa com os pais, o consumo diário é de 5 kg de peixe. Ao ser perguntado: “o senhor compra o peixe?”, ele respondeu “eu não me descuido de pescar”. Ele “bota a malhadeira de tarde e quando é de manhã vai buscar” o pescado para o consumo familiar.

Desse modo, na várzea, para ter o peixe para o consumo de casa, é só não se “descuidar” de pescar. A família do Sr. Joel, com os filhos já adultos,

possui uma criação de 72 reses, incluindo a do seu pai, que mora com a família do irmão ao lado da sua casa.

O terceiro casal, Valber e Elizabeth, são mais jovens, na faixa dos trinta anos. O pai dele possui uma bajara onde pesca na companhia dos irmãos e vizinhos. O irmão e outros dois companheiros estavam embarcados para a pesca do mapará. Comentei com ele: “você diz que o peixe está ruim e, no entanto, continua a sair na bajara para pescar”. “É o jeito”, respondeu. Ele e a mãe fizeram o cálculo sobre a captura do pescado no ano anterior (2002), que totalizou seis toneladas de mapará e de pescada. Disseram que é preciso contabilizar a compra do combustível e “o gasto com os pescadores” embarcados. Calcularam em R\$ 0,70 o quilo da pescada. Se considerarmos o mesmo preço para o mapará, os R\$ 0,70 multiplicados por seis mil toneladas alcançam o valor de R\$ 4.200,00. Eles pescam na safra do mapará e da pescada de março a outubro. De dezembro a janeiro é o período do defeso. Disseram que “aqui no rio (Amazonas) a dourada está mais difícil do que o mapará; ano passado deu uma tonelada contra três de mapará”. Na avaliação dessa família que possui uma bajara, não dá mais para levar o pessoal (os vizinhos) para pescar, “não dá mais para empatar o pessoal pra lá, eles não querem ir (para o rio e os lagos) para ganhar cinco, dez reais”. Perguntei se o preço do pescado estava baixo, responderam que não. “O preço está razoável, difícil é (conseguir) pescar, só está um dos meus filhos com outros dois rapazes na bajara para pescar o mapará”. Perguntei se quem sai embarcado ganha por diária ou produção. Responderam que por produção, por exemplo, se “pegar 100 kg numa semana, dá R\$ 25,00, isso se for pouca a produção. Os vinte e cinco reais são só dele, aquilo é livre”. Fora o *gasto* com o combustível e o gelo (para armazenar o pescado). O gasto também inclui a malhadeira, o óleo diesel e a despesa com a farinha, o gelo e o gás, que precisam levar. Depois de contabilizar todos esses itens, fizeram o seguinte comentário: “o mais lascado já fica o *dono da pescaria*, já tem três semanas que só temos prejuízo”. Valber calculou assim: “comprei sete malhadeiras, vendi uma vaca para dar de entrada e Raul (irmão dele) vendeu um mamote para pagar o resto. Peixe não deu mais, tem que vender o gado para saldar a dívida” (com os “gastos da pescaria”). Todo ano tem esse tipo de gasto, pois é preciso repor as malhadeiras e outros apetrechos de pesca. A família possui mais de 100 reses, “em sociedade com outros parentes e tios”. O gado é recolhido toda a tarde para o curral e pela manhã volta a ser solto. Tiram cipó para fazer o curral e na cheia levam o gado para a “colônia” – como costumam chamar os lotes localizados na “terra firme”. Antes faziam maromba, mas comentaram que é muito difícil manter o gado sobre estrado de madeira, no inverno, para se proteger das enchentes.

Esse grupo doméstico, de três gerações, não financiou a bajara com empréstimo do FNO, como outros pescadores de Óbidos. Perguntei sobre o plantio familiar e disseram que além dos canteiros fizeram roçado de milho, mas o verão foi muito forte e perderam. Já a criação de galinha é pouca e o consumo diário, com almoço e jantar para cinco pessoas, é esti-

mado em 4 kg de peixe, acompanhados de farinha e arroz. Acharam difícil calcular a despesa do grupo doméstico, porque “a gente tem a mercearia e fica difícil calcular”, disse a mãe de Valber. Ele mesmo contou que faz R\$ 73,00 de compras mensais em Óbidos e “R\$ 22,00 em papai (na mercearia)”. O consumo mensal foi calculado em 15 kg de farinha, por mês, para o casal com uma menina; 4 pacotes de café, 4 kg de arroz, 3 kg de feijão, por mês. Só comem feijão uma vez por semana e ainda compram sabão, charque e leite, mas não contabilizaram o consumo desses produtos. Perguntei quanto ele e seu pai gastaram na pesca no ano de 2002 (anterior à pesquisa). Respondeu que talvez o pai saiba, pois ele é quem vende. A mãe, presente à entrevista, calculou que o “gasto com a pescaria foi de R\$ 1.000,00 ou mais”, temos que “lutar para a pescaria não dar prejuízo”.

Sobre o patrimônio doméstico, distribui-se da seguinte maneira nas três famílias: na de Enoque tem fogão a gás e a lenha, canoa, apetrechos de pesca, mas não tem motor nem máquina de costura. A de Joel possui fogão, máquina de costura, canoa e não tem motor. A família de Valber tem fogão, máquina de costura, bajara e gado, mas ainda não conseguiram comprar uma casa na cidade. Os pais dele também não compraram nenhum bem em 2002, contudo a mãe contou sobre a “reforma de nossa casa na cidade (de Óbidos), compramos de madeira e agora estamos construindo de alvenaria”. Na casa que possuem na cidade, os custos com alimentação e limpeza ficam praticamente “por conta das meninas que trabalham”, pois apenas uma ainda estuda. No final da entrevista desenharam o mapa da comunidade de Santa Rita, com o rio Amazonas na frente e o lago Piedade ao fundo, indicando o igarapé Santaninha, que os pesquisadores atravessaram de barco vindos do Lago Grande do Curuai ou Franca.

Padrão organizacional, variação e diversidade local

“Esse caso é diretamente comparável a outros”, como diz Barth, sobre o uso de procedimentos de descoberta que consistem em “buscar as ligações entre atividades, trocas, relações e fatores materiais correlacionados, e com isso delinear campos de atividades conectadas” (Barth, 2000, p. 178/179). Ao mapear as regiões de várzea dos municípios de Óbidos, Santarém e Alenquer, numa área rural (várzea e terra firme) com cerca de 136.168 habitantes, focalizamos as atividades econômicas de manejo dos recursos naturais renováveis realizados pelas unidades familiares de produção, distribuídas em pequenas comunidades nucleadas ao longo dos rios e lagos que definem uma unidade ecológica de grande escala na região do baixo Amazonas. Os pontos centrais de convergência dessa grande área geográfica, com 350.812 habitantes (entre os moradores de várzea, terra firme e citadinos dos municípios de Óbidos, Santarém e Alenquer), encontram-se nas cidades de Óbidos, a montante do Amazonas, e Santarém ao sul, próximo à confluência desse rio com o Tapajós. Ambas funcionam como centro

comercial e administrativo, onde estão estabelecidas secretarias e órgãos dos governos municipal e estadual, dioceses e Prelazias da Igreja Católica, sindicatos de trabalhadores rurais, colônias de pescadores e centros de treinamento e assessoria para moradores de várzea e terra firme, bem como as organizações não-governamentais responsáveis pelo implemento das atividades. A indústria pesqueira e os inúmeros “frigoríficos” funcionam nas duas cidades, que servem de porto comercial de embarque e desembarque do pescado, dos produtos agrícolas e do gado. Nas cidades de Óbidos e Santarém residem administradores, comerciantes, uma elite política e econômica. Os dois centros servem ainda como “ponto de parada” para um fluxo de famílias camponesas que vivem nas áreas ecologicamente diferenciadas de várzea e terra firme na região do baixo Amazonas. “O entrecruzamento de conexões em toda essa ampla região (e) a condição multicentrada e interseccional” (idem, p. 179/180) que permeia a vida dos chamados ribeirinhos, que desenvolvem atividades e um conjunto de tarefas relacionadas, “adquire coerência como um sistema agregado, mostrando uma distribuição territorial, escala, padrão e força de organização características” (idem, *ibidem*).

A descrição e o registro detalhado sobre a comunidade de Santa Rita pode servir de base para relacionar quais as características mais importantes e fundamentais nas formas de organização familiar e associação entre os moradores das demais comunidades ribeirinhas visitadas durante o trabalho de campo nos municípios de Óbidos, Santarém e Alenquer.

Auto-representação igualitária pelos moradores de várzea

Ainda no município de Óbidos, visitamos as comunidades de Vila Vieira e Ipaupixuna, ambas, junto com Santa Rita, faziam parte da localidade chamada Costa de Baixo, que nos anos de 1960 foi desmembrada em pequenas comunidades alinhadas na beira do rio. Por ocasião das visitas, quando os atores sociais mencionavam as comunidades próximas, localizadas nas duas margens do rio, com as quais organizavam torneios de futebol e mantinham outros encontros festivos, costumávamos perguntar sobre o modo de vida dos moradores vizinhos. Eles respondiam que viviam “do mesmo jeito, na mesma condição, na várzea é tudo igual”. Seguiremos, assim, nossa descrição sobre as comunidades visitadas, procurando sintetizar as informações coligidas que permitem, a partir de evidências, indicar uma semelhança no padrão organizacional das unidades familiares e a condição multicentrada das comunidades ribeirinhas, assim como a variação e a diversidade local.

Na comunidade de Vila Vieira há, igualmente, um padrão na diferenciação interna entre os que “trabalham na roça” (como dizem) e aqueles

que “se dedicam mais à pescaria”. Os primeiros consideram que a pescaria é uma atividade complementar à subsistência do grupo doméstico, fundamentada no “trabalho na roça”, e quando perguntados sobre a pesca costumam responder: “eu só pesco para a família”. Entre os que pescam comercialmente, há o que possui a embarcação pesqueira, geralmente a bajara, no caso das comunidades ribeirinhas do município de Óbidos, e os apetrechos de pesca, como as malhadeiras usadas para a pesca do mapará e outras espécies vendidas nos frigoríficos. Esses moradores que se dedicam à pesca comercial não são muitos, de uma a no máximo duas famílias por comunidade ribeirinha, que contratam outros moradores da própria comunidade, geralmente três embarcados para a pescaria de segunda a quarta-feira, nos lagos e rios. Nas quintas e sextas-feiras eles costumam voltar para a comunidade depois de abastecer alguma embarcação geleira (de maior porte) ou fazer a venda diretamente no frigorífico da cidade de Óbidos. Na comunidade de Vila Vieira, observamos as redes estendidas no alpendre de uma casa, para cerzimento.

Para enfrentar as enchentes periódicas do Amazonas, são utilizadas proteções como a maromba, que abriga o gado na subida das águas. O processo de construção do estrado de madeira, sobre o qual fica o gado, foi descrito minuciosamente pelos moradores em Vila Vieira, assim como as tarefas necessárias de cortar o capim e transportá-lo de canoa para alimentar cerca de 50 a 60 reses ali confinadas. Contudo, admitem que esse tipo de providência pode ser insuficiente para enfrentar grandes enchentes e, nesse caso, correr o risco da correnteza “escangalhar a maromba de noite e o gado cair todo na água”. Nessas circunstâncias, segundo disseram, “dá vontade dos ribeirinhos ir embora da várzea”. Esse tipo de desencantamento pode ser mais bem dimensionado se for levado em conta que o gado representa uma forma de poupança, na qual aplicam o rendimento obtido com a pesca e a agricultura e, portanto, se na concepção dos ribeirinhos a várzea se caracteriza por um eterno recomeço pela sazonalidade inverno/verão, a perda do gado pode representar a impossibilidade de retomada do ciclo produtivo pelos grupos familiares atingidos por tal privação.

Entre as idéias compartilhadas sobre o contexto ecológico da vida na várzea do baixo Amazonas, gostaríamos de destacar a entrevista que realizamos na comunidade de Ipaupixuna Menino Deus, em Óbidos, sobre o tempo do plantio da juta e a passagem para a pescaria como *cash-crop*, lembrado por um casal de avós. Ambos agregam um grupo doméstico extenso, formado principalmente por filhos adultos já casados; a maioria vivendo na própria comunidade de várzea. Hoje eles se dedicam à pescaria e possuem uma bajara, utilizando como membros da tripulação a mão-de-obra de homens adultos vizinhos, nas saídas periódicas para a captura do mapará, dourada, pescada e outras espécies encontradas tanto no rio Amazonas quanto no Lago Grande do Curuai ou da Franca, outro nome com o qual também costumam chamá-lo. Na comunidade de Ipaupixuna Menino Deus, formada por 68 famílias, com 10 km de comprimento e cerca de

2.000 metros de fundo até o Lago Grande da Franca, ou Curuai, conversamos sobre a produção da juta, que precedeu a pesca como *cash-crop* em toda a várzea do baixo Amazonas. Nosso informante, um pescador com mais de sessenta anos, trabalhou na juta ainda jovem e disse que esse tipo de cultivo “fracassou” nos anos de 1970. O cultivo da juta era feito em toda Costa de Baixo até a cidade de Óbidos. Lembrava-se que o ciclo era de julho, época do plantio, até a colheita, que começava em março e se estendia até maio.

A substituição da juta pela pesca: um tempo de maior liberdade

De acordo com os comentários dos moradores, na época da juta cada um fazia o plantio conforme o “tamanho do terreno e a força (de trabalho familiar) do companheiro”. O terreno do casal de avós, que entrevistamos, mede 1,65 metro de frente, havendo alguns “maiores um pouquinho e outros bem pequenos”. Contudo, de fundo quase todos medem a mesma coisa, de 1.500 a 2.000 metros até o lago. Sobre o uso da força de trabalho familiar e o tamanho da família, considerado como condição necessária para o aumento da produção, disseram que no plantio havia até certa facilidade de encontrar mão-de-obra disponível formada pelas unidades familiares que possuíam pouca terra e podiam assim ser incorporadas, através de alguma forma remuneração, aos grupos que inversamente tinham mais terra do que membros da família em idade produtiva. Essa diferenciação interna, contudo, também não permitia um aumento na produção da juta, tendo em vista que na colheita, com a subida das águas, toda mão-de-obra familiar estava ocupada integralmente na mesma tarefa nos respectivos lotes familiares, para evitar algum tipo de perda da produção atingida pela cheia. De acordo com o depoimento acima: “naquela época todo mundo era aperreado, e pra gente achar as pessoas pra trabalhar era mais difícil”. Atualmente, na atividade pesqueira, a mão-de-obra local formada por homens adultos torna-se mais facilmente reunida para a pesca nos lagos e rios, principalmente se levarmos em conta que numa comunidade somente uma a duas famílias possuem embarcação de pesca e podem contratar o trabalho por produção dos vizinhos. De certa forma, na várzea do baixo Amazonas todos os ribeirinhos têm acesso à terra, seja grande ou pequeno o lote familiar, porém, na pescaria comercial para a venda nos frigoríficos e/ou mercados pesqueiros, apenas aqueles que acumularam mais e adquiriram embarcação a motor, recipiente para armazenar o peixe no período de captura nos lagos e rios e recursos para as despesas com combustível, arreios de pesca, gelo e alimentação podem desenvolver essa atividade econômica, sendo que as demais famílias a ela se incorporam por meio da força de trabalho dos homens adultos, casados ou solteiros, que recebem uma remuneração, destinando parte ao sustento da família. No caso da comuni-

dade de Ipaupixuna, é bem verdade que a bajara e os apetrechos de pesca foram financiados através do FNO, que vem sendo pago em 56 parcelas de R\$ 223,60, já havendo passado dois anos do financiamento. Portanto, levando em conta que na comunidade de Santa Rita a atividade pesqueira era desenvolvida pelo casal “dono da bajara” com filhos homens adultos, que já haviam constituído novas famílias, morando no lote familiar, podemos supor que na pesca como *cash-crop*, a trajetória e o ciclo de vida do grupo doméstico extenso, assim como o tamanho e a composição da família são considerados um cálculo estratégico para assumir novos investimentos que exigem pagamento em dinheiro.

Na visão do casal entrevistado em Ipaupixuna, que possuía uma *bajara* juntamente com os filhos homens já casados, no tempo da juta dependiam inteiramente do fornecimento do patrão. Ele comprava a produção e financiava as mercadorias, que eram anotadas num caderno do qual “tiravam a conta” no período da colheita. Dificilmente conseguiam saldo positivo e acabavam imobilizados pelas dívidas acumuladas para o próximo ciclo produtivo. É verdade que na pesca esse casal e os filhos também recebem adiantado o dinheiro para pagar por produção ao pescador ou ainda para outros custos, como a compra de alimentação e apetrechos de pesca, fornecidos pelo frigorífico onde vendem o pescado. Contudo, o endividamento é só no início da safra de alguns pescados, sendo pago com a captura de toneladas nos rios e lagos. Desse modo, para os ribeirinhos, incluindo os embarcados que recebem por produção, a pesca em relação à juta representa “um tempo de maior liberdade”, como disseram durante o depoimento.

Nessa comunidade em que a pesca é representada como uma atividade “liberta” comparativamente ao tempo da juta, sustentada por uma rede de patronagem que incluía membros da própria comunidade, os informantes expressaram uma preocupação com a existência de muitos fazendeiros nos fundos da comunidade que dá para o Lago Grande do Curuai ou Franca, em função da criação extensiva de búfalo.

Diferenciação interna do campesinato ribeirinho

A literatura sobre estudos de campesinato tem indicado o desenvolvimento de atividades comerciais em pequena escala entre as próprias unidades familiares, como resultado de um tipo de acumulação que as diferencia entre si a partir de estratégias que combinam a produção de determinado *cash-crop* ao tamanho e ciclo de vida do grupo doméstico. No caso dessas comunidades de várzea, como Ipaupixuna e Santa Rita, observamos que as famílias extensas, que possuíam uma embarcação pesqueira, associavam a exploração da pesca com a venda fiado de produtos de subsistência para familiares e vizinhos. É interessante observar que a diferenciação entre a agricultura e a pesca como *cash-crop*, estabelece uma distinção entre os grupos domésticos entrevistados na comunidade de Ipaupixuna Meni-

no Deus. O desenvolvimento da atividade pesqueira pelos grupos familiares, com a finalidade de comercialização, depende da possibilidade de adquirir uma embarcação a motor e comprar os apetrechos necessários à pesca nos rios e lagos da região. Para essas famílias, o plantio de lavouras temporárias é feito apenas nos canteiros cultivados, principalmente pelas mulheres, para consumo imediato da casa. Já no caso dos grupos domésticos em que a pescaria é feita apenas para o consumo diário do peixe, e/ou constitui um trabalho de homens e rapazes embarcados que ganham por produção, a agricultura serve não só para o consumo da casa, mas também é em parte destinada à comercialização nas feiras e mercados das cidades de Óbidos, Alenquer e Santarém.

Contudo, pode-se perceber pelo ciclo de vida da família que se dedica à pesca, como *cash-crop*, laços de cooperação entre pais, filhos e irmãos, numa rede de relações socioeconômicas que permite maior acumulação e diferenciação dos outros grupos domésticos. Deve-se ainda registrar, sobre a comunidade vizinha de Santa Rita, que no caso da família considerada “dona da pescaria”, o criatório de gado representava uma espécie de poupança, na qual investiram o rendimento da pesca. Atualmente, conforme entrevista, passaram de modo inverso a lançar mão da venda do gado para financiar as atividades pesqueiras. Tal inversão costuma sinalizar para eles a existência de uma crise na atividade pesqueira, que ciclicamente exige no-



■ FIGURA 4 – Bajara com pescadores na travessia do Amazonas, 2003.

vos investimentos sem, contudo, possibilitar a acumulação correspondente feita no criatório bovino. Ainda sobre a comunidade de Ipaupixuna, ao que tudo indica pela entrevista, diversamente do caso de Santa Rita, a família extensa dependia mais do financiamento, tanto para a compra da bajara e dos apetrechos, feita por meio do FNO, quanto para as próprias “despesas” da pescaria, financiadas pelo frigorífico no qual vendiam a produção pesqueira semanal.

Comunidades agrícolas e pesqueiras: o município de Alenquer

Passemos para os dados coligidos durante “o mapeamento (como reconhecimento ainda incompleto) da diversidade local e a construção de algumas dessas dimensões de variação” (Barth, 2000, p. 193), no caso das seguintes comunidades de várzea do município de Alenquer: Uricurituba, na beira do rio Amazonas, Atumã, no igarapé do mesmo nome, e Surubim-Mirim, dentro de um lago do mesmo nome e que se comunica por um furo com o igarapé de Atumã.

A comunidade de Atumã pertence à municipalidade de Alenquer, porém o vínculo comercial e administrativo é estabelecido com a cidade de Santarém, eqüidistante da sede municipal de Alenquer. Os informantes calcularam em três horas até Alenquer e três horas e meia de viagem para Santarém, num motor de 13 HP. Assim, a cidade de Santarém funciona como centro comercial e administrativo para os moradores de Atumã, que mandam também seus filhos para estudar após a 5ª série – esta série pode ainda ser cursada na comunidade vizinha de Surubimirim, sendo que até a 4ª série as crianças costumam estudar em Atumã.

O gado é transportado para Alenquer no período da cheia, na transumância para as áreas próprias ou arrendadas no “planalto” ou “terra firme” – também chamada de colônia em toda essa região do baixo Amazonas.

Atumã tem cerca de dez a doze quilômetros de extensão, que compreende a comunidade de Pai Antônio, a jusante, até no sentido contrário do rio Amazonas. Da restinga, onde se localizam as moradias, para os “fundos”, tem uma “faixa” de uns 1.500 metros que em alguns trechos pode ser mais larga e em outros, mais estreita. A comunidade de Atumã faz também divisa com grandes fazendas de criadores de gado “branco” (ou bovino) e búfalo. Os moradores de Atumã se dizem “afetados” pelo crescimento do criatório de gado búfalo, que destrói a vegetação aquática durante o período da cheia nas margens de lagos ou rios e prejudica esse pesqueiro natural utilizado como fonte de subsistência e meio de produção. Na entrevista mencionaram as fazendas do Serrão, Marajá e Pacopu, todas consideradas grandes áreas de criação que afetam não só os moradores de Atumã, mas outras comunidades próximas, como a de Uricurituba, que têm se queixado muito desse tipo de destruição que reduz a quantidade disponível de pescado.



■ FIGURA 5 – Criação de búfalo na várzea de Alenquer, 2003.

No Atumã dizem que a agricultura é pouca, só para subsistência, “cada casa planta hortaliças para manutenção, cebola, coentro, couve, tomate, chicória, tudo bem pouco”. Não são todas as famílias que criam gado, numa base de trinta e poucas reses por grupo doméstico, que totalizam cerca de trezentas cabeças criadas soltas nos campos durante a estiagem. A atividade considerada mais importante é a pescaria. “Nossa safra aqui é o piracuí; a gente trabalha no piracuí”, que é uma farinha feita do peixe acari. “A safra dele é mais em setembro, outubro, novembro, conforme a vazante”. Essa iguaria feita de peixe seco nos foi oferecida durante a visita à casa de um pescador que reuniu várias famílias. A farinha estando “bem sequinha dá de um ano para outro”.

A venda do pescado é feita, em parte, para os barcos pesqueiros que visitam a comunidade de Atumã. Quando o pescador tem um “isopor” para armazenar o produto, ele próprio o leva para o porto de Santarém, com um barco de linha. As espécies de peixe mais citadas foram: curimatã, mapará, acari, tucunaré, pirapitinga, traíra, pacu, tambaqui e surubim; “tudo vende”. A quantidade é de cem quilos para cima, o máximo é de 300 quilos, porque os barcos são pequenos para tonelagens maiores. Na cidade de Santarém vendem também o pescado no Mercado 2000 e no Tablado – uma feira de pescado na frente da cidade, controlada pela Prefeitura, com 80 bancas coordenadas pela Colônia de Pescadores Z-20 (Ribeiro e Apel, 2004, p. 28).

Para ter acesso livre aos lagos que se formam no Atumã é preciso ser morador da comunidade. No período da cheia “fica aberto para todo mundo, já que em todo canto vara”, mas na seca fica “mais no controle da comunidade. Estabelecemos um acordo para a manutenção dos lagos, evitando a invasão de pescadores de fora, que entram com muito isopor, ou de geleira. Aí a gente conversa com eles que, graças a Deus, entendem muito bem nossas razões e voltam atrás”. Disseram ainda que a comunidade de Atumã tem um lago de preservação, o Uauaca. Nessa safra do mapará fizeram acordo com uma geleira de fora da comunidade, por meio do qual os moradores de Atumã pescam e vendem a produção para o “dono da geleira”.

O Sr. Édson reuniu os vizinhos em sua casa para um encontro com os pesquisadores do ProVárzea. Ele possui uma “mercearia”, isto é, um cômodo com prateleiras onde ficam expostas mercadorias de uso doméstico e gêneros alimentícios, construído na parte externa, antes da varanda da casa, por onde entramos através de uma ponte de madeira que dá acesso à casa, erguida cerca de quatro metros acima do chão para proteger da cheia do rio. A embarcação a motor no porto da casa não era uma *bajara*, como observamos no caso das comunidades de várzea de Óbidos, e na entrevista os moradores também não mencionaram nenhum tipo de financiamento para desenvolver as atividades pesqueiras.

Ao comparar o modo como vivem em Atumã com a dos moradores das comunidades próximas de Surubimirim, Mato Grosso e Pai Antônio, os primeiros distinguem-se pelo empenho maior na atividade pesqueira, enquanto os demais desenvolvem principalmente a agricultura. “Aqui a maioria vive da pesca, nossa atividade principal é pescaria. No Surubimirim, Mato Grosso e Pai Antônio eles também pescam, mas o trabalho deles, o ramo deles é mais agricultura”.

A diferenciação que fazem entre comunidades agrícolas e pesqueiras pode ser explicada pela variação ecológica entre várzea baixa, como no caso de Atumã, e várzea alta, que compreende as demais comunidades vizinhas tomadas por referência.

Os critérios de pertencimento em Uricurituba

O acesso à Uricurituba foi feito por barco pelo rio Amazonas. A comunidade está localizada entre a boca do Atumã-Mirim e a boca do Arapiri. Os entrevistados contabilizaram 48 famílias, havendo um acréscimo de 15 famílias em relação ao censo realizado pelo projeto Iara, em agosto de 1997, portanto, seis anos antes da nossa viagem. Observa-se, assim, um relativo equilíbrio demográfico, necessário para a exploração de nichos ecológicos, como no caso da várzea do Amazonas. O número de habitantes que era de 178, em 1997, passou a ser estimado em 210 (125 adultos e 85 crianças até quatorze anos) no ano de 2003. A Colônia de Pescadores Z-28 tem um representante nessa comunidade, assim como em Atumã. As nossas visitas, aliás, foram agendadas pelos dirigentes da Colônia.

Uricurituba está situada na margem direita do rio Amazonas. Até a sede municipal de Alenquer são duas horas de barco, em motor de 9 HP. Para os moradores de Uricurituba, a cidade de Alenquer funciona como centro comercial e administrativo. Segundo os entrevistados, a comunidade tem 8 km de frente e 500 metros de fundo.

Em Uricurituba, cada família tem um lote de terra, com “escritura dada pela prefeitura”. Os lotes são de herança e também comprados dos próprios parentes, que saem da várzea para tentar a vida na cidade ou na “colônia”. De acordo com um dos moradores entrevistados, natural de Uricurituba, o pai dele também nasceu ali, em 1906. Disseram que não há muitas famílias novas chegando. Todos são “filhos da comunidade mesmo. Eles se casam e ficam morando aqui”. Isso pode explicar o relativo equilíbrio demográfico, levando em conta o crescimento estimado em 22 habitantes desde 1997, portanto transcorridos seis anos da visita do projeto Iara. Tal crescimento também pode ser atribuído à trajetória de vida dos grupos domésticos, com o casamento dos filhos e nascimento dos netos. A transumância periódica do gado entre a várzea e a terra firme parece corresponder à movimentação de entrada e saída dos moradores no inverno e verão amazônico.

Ainda no relatório do projeto Iara foram citados vários pecuaristas, como José Cardoso, Xavier, Marquinhos e Rui Siqueira, que criam búfalos. Eles possuíam um total de 2.000 cabeças de gado branco, 800 cabeças de búfalos e 100 cavalos no ano de 1997. Ao ler esse trecho do relatório para os moradores da comunidade, reunidos conosco no prédio da escola, ouvimos o comentário de que os pecuaristas citados não são moradores da comunidade, vieram “de fora”, residem na cidade e compraram áreas de moradores daqui. No terreno deles ficam os “encarregados” tomando conta.

O maior problema de sustentabilidade na várzea de Uricurituba, segundo os próprios moradores, é a criação de gado búfalo. “O búfalo dá muito prejuízo para a gente, principalmente para nós, pescadores. Ele espanta o peixe e destrói nossas redes de pesca”. Disseram ainda que os criadores não fazem a transumância adequada no caso do búfalo, que nem bem começa a terra “sair” depois do período das chuvas, os fazendeiros trazem de volta os búfalos da terra firme para a várzea, onde eles revolvem as margens de lagos e igarapés e destroem a vegetação aquática que alimenta e serve de refúgio para várias espécies de peixes. “Tudo isso é prejuízo para gente que só vive mais da pesca mesmo”. Além disso, disseram que os fazendeiros controlam a “boca” de alguns lagos de pesca, que consideram como marco inicial de suas “propriedades”.

Ao final da entrevista, os moradores de Uricurituba voltaram a falar sobre as dificuldades que encontram na reprodução das condições de trabalho e manutenção na várzea do Amazonas, em comparação com a comunidade vizinha de Atumã, que havia sido visitada pelos pesquisadores dois dias antes. Eles consideram que em Uricurituba o problema maior é a destruição ambiental promovida pelo gado búfalo e o controle de lagos e igarapés pelos fazendeiros e seus empregados, que inibem a entrada e o uso desses recur-

tos naturais renováveis pelos moradores ribeirinhos. Já em Atumã, do ponto de vista deles, a maior dificuldade dos moradores dessa comunidade vizinha é a “invasão” nos lagos e igarapés, como o Atumã-Mirim, por “pescadores de fora” e geleiras que promovem a pesca do “arrastão”, apesar de reconhecerem que isso, em parte, também ocorre na área deles.

Outro pesqueiro, antes utilizado pelos moradores, encontra-se situado nas áreas que atualmente fazem parte da fazenda do Sr. José Cardoso, considerado o maior fazendeiro e criador de gado em Uricurituba. Segundo o depoimento, o fazendeiro “derrubou” uma área que tinha cerca de mil metros de fruteiras, um lugar onde os peixes se abrigavam e viviam, e no qual costumavam pescar. O fazendeiro fizera a derrubada com o objetivo de plantar capim para o gado. Os moradores disseram também ter ouvido falar que “o fazendeiro pediu permissão ao Ibama para derrubar mais de 2.000 ha de mata, mas a gente acha que não, porque o Ibama não ia permitir isso”.

Desse modo, o cercamento dos lagos, o criatório de búfalos e os desmatamentos são considerados os principais fatores que dificultam a reprodução das condições de trabalho e manutenção dos moradores de Uricurituba, na várzea do Amazonas.

Produção camponesa e divisão sexual do trabalho: a exceção que confirma a regra

Os moradores de Uricurituba seguem o padrão cultural dos ribeirinhos da várzea do Amazonas, que plantam “lavouras ligeiras” no período de verão, como a melancia, o jerimum e o feijão, todas destinadas ao consumo familiar. O produto que mais comercializam, segundo depoimentos, é o feijão, que vendem em sacas de 50 kg, e transportam juntamente com a melancia para os compradores, chamados localmente de “marreteiros”, na cidade de Alenquer. Em 2003, a maioria dos moradores em Uricurituba passou a plantar juta, por meio de financiamento bancário.

Entre os grupos domésticos entrevistados em Uricurituba, gostaríamos de destacar o caso do casal Nelson Ribeiro Campos e Antônia Simões Campos. Eles têm dois filhos, de onze e nove anos. Quando perguntamos ao casal se moravam com parentes, os pais ou os sogros, o marido respondeu-nos o seguinte: “eu moro com minha família (esposa e filhos) na minha casa”. O terreno que tinha sido herdado dos pais, ele dividia com um irmão, sendo que a área da casa tem 15 metros de frente e 500 metros de fundo. Os outros irmãos saíram da várzea para morar em Alenquer e Manaus. Ele disse, ainda, que costuma plantar roça nessa área de várzea.

Entretanto ele reconheceu que na pescaria a esposa ajudava muito. Então D. Antônia nos disse que “na pescaria não gosto de ir com piloto (isto é, subordinada a alguém que conduz a embarcação e a própria pescaria) porque se eu me aborrecer é só comigo mesma, aí pesca só eu”.



■ FIGURA 6 – Volta da pescaria. Uricurituba, 2003.

D. Antônia pesca e vende próximo à casa da mãe dela, que fica situada mais abaixo. Segundo o seu depoimento: “eu mesma falo a verdade, eu pesco não é aqui por perto. Eu vou lá pra casa da minha mãe, por que pra lá se torna mais fácil pra mim. É uma dificuldade grande que eu tenho (ficar longe de casa), mas mesmo assim eu tenho vontade de ajudar ele (o marido), sabe? Porque só o que ele ganha não dá. Quer dizer, o pouco dá e o muito também dá, né? Mas eu fico com pena dele, só ele pra trabalhar no sustento da família. Aí eu vou lá com a minha mãe, que fica mais perto da pescaria, né?” D. Antônia, que se autodefine como uma mulher pescadora, contou-nos como faz ela própria a pescaria, que do seu ponto de vista parece causar certa censura pública em virtude da inversão de papéis, masculino e feminino, convencionalmente estabelecidos nessas comunidades de várzea do baixo Amazonas.

Financiamento da juta como estratégia para cultivo de lavouras ligeiras

A comunidade de Surubi-Mirim (Surubi-Mirim de Cima, como definem seus moradores), localiza-se a cerca de duas horas e meia da sede municipal de Alenquer e a três horas da sede do município de Santarém (considerando, nas duas viagens, a utilização de um barco com motor de

33 HP). Ambas as sedes constituem o destino da maior parte dos moradores da comunidade, sendo que a de Alenquer é mais usada para tratar de assuntos administrativos pelos associados da Colônia Z-28 e do Sindicato de Trabalhadores Rurais, assim como assistência à saúde, escola e recebimento de aposentadorias.

Santarém é o destino mais utilizado por aqueles que vão vender seus produtos, como pescado, feijão, milho, melancia, e também para comprar gêneros de primeira necessidade, tendo como referência o mercado de peixe em Santarém, chamado Tablado, e o Mercado 2000. A comunidade dimensiona a área que ocupa em aproximadamente 4 km de frente para o lago e 4 km de fundo, sendo que cada lote familiar possui dimensões variadas. A história da comunidade encontra-se vinculada à construção de sua capela, que, segundo os moradores mais velhos, teve início há mais de quatro gerações, tomando-se como referência o final do século XIX, quando as primeiras famílias se estabeleceram na região. A capela, reconhecida como a primeira erguida nessa região de várzea do município de Alenquer, é consagrada ao Espírito Santo, festejado anualmente entre os dias 8 e 14 de setembro.

A comunidade de Surubi-Mirim fica em área considerada de restinga, com parte localizada em várzea alta e muito igapó. De fato, no período da nossa visita, em abril, quase ao final do inverno amazônico – a cheia em Surubi-Mirim vai de janeiro a maio –, tivemos que caminhar por terrenos muito alagadiços, com alguns trechos cobertos de água. Ao lado do prédio da escola, construído bem acima do chão, entre os quintais de várias casas, observamos as fibras de juta penduradas em varais para secagem.

Sobre o plantio de juta, disseram que 15 famílias da comunidade tinham tomado crédito bancário. De acordo com a estimativa que fizeram entre o plantio da juta e a sua colheita, há um gasto de aproximadamente R\$ 1.000,00, incluído o uso de 10 kg de sementes. Nesse caso, consideram que o plantio de um hectare de juta pode produzir até duas toneladas da fibra, que, vendidas a R\$ 0,50 o quilo, dará uma renda calculada em R\$ 1.000,00. Assim, receita e despesa se igualam. Na estimativa que fizeram, para a obtenção de lucro com o plantio da juta teriam que produzir cerca de quatro toneladas da fibra, o que passaria a exigir um sobreesforço familiar, considerado em parte desvantajoso, segundo a expressão utilizada por eles: “a juta é muito trabalho e nada de lucro”. Contudo, financiar sua produção parece ser uma estratégia comum a várias famílias na abertura de novas áreas de mata para o plantio de feijão. Essa interpretação que ouvimos de moradores no Atumã, sobre o plantio de juta na comunidade vizinha, pode ser comprovada por evidências etnográficas na visita que fizemos à comunidade de Surubi-Mirim.

Por fim, gostaríamos de registrar que os moradores de Surubi-Mirim, de acordo com seus pontos de vista, distinguem-se das comunidades vizinhas de Atumã e Uricurituba por se dedicarem mais ao plantio de lavouras, principalmente o feijão. As condições de vida dos moradores de Surubi-

Mirim foram por eles diretamente relacionadas com a capacidade de produção das unidades familiares, o que depende da trajetória do grupo doméstico e do número de membros da família em idade de trabalhar na agricultura e na pescaria. É interessante registrar que o tamanho da terra não foi diretamente incluído como fator de diferenciação interna desse campesinato, que alcança um *optimum* de produção familiar a partir do manejo sustentável dos recursos naturais renováveis (vide, figura 7) modelo de reprodução e diferenciação interna dos grupos domésticos.

Modelo 1

Pesca: principal produção para venda. “Dono de motor” com tripulação de moradores vizinhos “embarcados”. Agricultura: principalmente para auto-consumo. Prevalência de financiados. Criatório de gado e animais domésticos. Alguns são donos de venda na comunidade.

Modelo 2

Pesca: principalmente para auto-consumo. Agricultura: principal produção para venda. Embarcação: canoa. Maior dependência de aposentadoria. Criação de animais domésticos e algumas cabeças de gado.

Modelo 2.1

Filhos solteiros trabalham na pesca como “embarcados”. Prevalência do celibato.

Modelo 3

Marido trabalha na pesca como “embarcado”. Esposa se dedica à agricultura. Produção agrícola em parceria com vizinhos.

Modelo 4

Pesca individual para venda. Agricultura para venda e auto-consumo. Embarcação: canoa. Criação de animais domésticos e algumas cabeças de gado.

■ FIGURA 7 – Modelo de diferenciação interna do campesinato ribeirinho no baixo Amazonas.

Ambientes de várzea e terra firme: diversidade local e variação entre as comunidades ribeirinhas do Lago Grande do Curuai, município de Santarém

Faremos a descrição das comunidades do Lago Grande do Curuai que pertencem ao município de Santarém, a partir de depoimentos dos próprios atores sociais, identificando suas atividades e redes, seguindo, em parte, os volteios do lago. O fluxo permanente dos moradores que se encontram frequentemente na Vila Curuai – uma povoação com acesso à Translago,

estrada que liga Santarém a Juriti, intransitável nos períodos de cheia e ainda considerada em más condições de circulação – quanto às visões que as pessoas têm do passado, indicam a existência de redes sociais sobrepostas, com fronteiras que se cruzam e são delimitadas igualmente pela ação de agências governamentais e organizações representativas de pescadores e trabalhadores rurais ribeirinhos.

As relações que se estabelecem entre os moradores das comunidades situadas no Lago Grande do Curuai, conforme pudemos observar, parecem mediadas por processos de negociação coletiva e forças de mercado que impulsionam o sobreesforço de pesca nessa unidade ecológica de grande escala, que abrange os municípios de Juriti, Óbidos e Santarém – os dois últimos visitados durante a pesquisa de campo em abril de 2003.

A origem comum presumida das comunidades do Lago Grande do Curuai, pertencentes a Santarém, é a revolta da Cabanagem, como dizem, definida historicamente como movimento de caráter político e popular que aconteceu na província do Grão-Pará, em 1835 e 1836, com agitações e revoltas populares locais até 1840. Os moradores de Ajamuri, por exemplo, atribuem o nome da comunidade a um influente “chefe daqui” chamado Morim, que fugira com a família da região do Tapajós, contrário que era ao movimento dos Cabanos. Quando a revolta chegou ao Lago Grande, o povo gritava para ele: *aja Morim, aja Morim*, que, ao invés de tomar providências, não resistiu à ação dos Cabanos na região do Curuai. O terreno que ocupou, cercado de mato na curva do rio, e que ficou conhecido localmente como cabeceira do Ajamorim, pertence à comunidade de Ajamuri. Porém, o jogo de palavras estabelecido pelo trocadilho remete ao significado local da Cabanagem, como movimento insurrecional que, ao destituir alguns personagens de influência e poder, parece confirmar a imagem que os moradores fazem das comunidades ribeirinhas como totalidades delimitadas, autônomas e auto-suficientes – uma “visão cativante, agradavelmente romântica e adequadamente democrática, apesar de uma enchente de dados etnográficos renitentes”, como diria Geertz (1991, p. 66/67).

A comunidade de Ajamuri tem 3 km de frente e 5 km de fundo, até a Translago. Os moradores contabilizaram 93 casas e 97 famílias na comunidade, situada na margem direita do lago. Os deslocamentos para a cidade de Santarém são feitos de barco de linha, sendo o trajeto calculado em três horas de viagem em uma embarcação a motor de 50 HP. Cada família ocupa um lote pelo qual paga o Imposto Territorial Rural ao Incra. A terra é considerada de “posse” e os lotes variam de tamanho, conforme dissera um informante “o meu (lote) tem 400 metros de frente e 500 metros de fundo”. O local em que nos reunimos para a entrevista é chamado de “centro” da comunidade, onde fica a escola, o posto de saúde, o “barracão comunitário”, o motor de luz e um telefone público. Os moradores estão ainda organizados na Ampra – Associação de Moradores e Produtores Rurais de Ajamuri. A comunidade de Ajamuri fica situada às margens do Lago Grande, e na direção oposta ficam os chamados “campos da natureza”, considerados áreas

comuns, utilizados para criatório de gado bovino. Durante a entrevista, queixaram-se que grande parte dos “campos da natureza” foram demarcados com a passagem de uma equipe de agrimensura pelo local, na ocasião do trabalho de abertura do traçado da rodovia Translago. Algumas pessoas “mais espertas”, segundo os informantes, pagaram para delimitar seus lotes às custas dos “campos da natureza”, considerados área comum da comunidade. Na opinião dos moradores, Ajamuri era terra devoluta da União, a qual foram ocupando como posse familiar e subdividindo em lotes a partir do crescimento dos grupos domésticos.

Na comunidade do Ajamuri, mencionaram o estabelecimento recente de um acordo entre os moradores de pescar apenas “para manutenção” no “poço” de Santa Cruz, situado atrás da comunidade, sem malhadeira, só com “tarrafa”. Também durante a entrevista um dos moradores disse que na pescaria “eu trabalho mais patronado”, referindo-se ao apoio material oferecido pelo dono da embarcação em troca do monopólio da comercialização do pescado, por ele capturado, pela metade do valor de mercado.

Outra comunidade situada no chamado Médio Lago do Curuai é Santa Helena. Parte dela é terra firme, porém, como no Ajamuri, a frente fica na beira do lago. Comparativamente a outras comunidades de várzea do Curuai, como Cativo, os moradores disseram que, no caso da localização deles, o terreno não vai ao fundo, assim podem plantar uma árvore que ela permanece descoberta no período das chuvas, enquanto os ribeirinhos, moradores na várzea do Lago Grande, têm suas lavouras submersas durante todo o inverno, só resistindo as de ciclo curto. Também o funcionamento da escola é diferenciado nas comunidades situadas nessa parte do lago e nas áreas inundáveis de várzea. Enquanto em Santa Helena e Ajamuri o período escolar segue o das comunidades de “terra firme” e o da cidade de Santarém, no Cativo, como na várzea em geral, a escola dá férias de três meses consecutivos durante o inverno, por causa da dificuldade de locomoção de professores e alunos. Outro fator apontado pelos moradores de Santa Helena, que se assemelha às condições de vida no Ajamuri e o diferencia das comunidades de várzea como Cativo, está na não obrigatoriedade de realizar a transumância do gado no período do verão e do inverno amazônico. Além disso, a combinação de ambientes de várzea e terra firme permite uma exploração diferenciada por meio do plantio de raízes, como a mandioca, usada no fabrico da farinha. Esse é o caso da comunidade de Itacomini, bem como de outras comunidades ribeirinhas que visitamos no Lago Grande do Curuai, que não dependem inteiramente da compra da farinha de mandioca, em parte armazenada, considerada um item de consumo básico na composição da dieta familiar, que associa o peixe com a farinha em toda essa região ribeirinha do baixo Amazonas.

Sobre a diversidade local entre ambientes de várzea e terra firme, no caso do Lago Grande do Curuai, ela pode constituir uma variação entre as próprias comunidades ribeirinhas. Distintamente das outras visitadas, a comunidade de Cativo fica situada na várzea do Lago Grande do Curuai. As enchentes são

consideradas de tal modo constantes que nem o “barracão” construído para abrigar o santo padroeiro, São Sebastião, resistiu à subida das águas.

No entanto, as comunidades ribeirinhas do Lago Grande do Curuai, independentemente da variação entre áreas de várzea e terra firme que se observa, convergem quando o assunto é a pesca. A maioria dos moradores das comunidades ribeirinhas do Curuai se identifica como pescadores e participa do Conselho de Pesca para garantir o manejo sustentável dos recursos naturais renováveis nessa unidade ecológica de grande escala, ameaçados por práticas pesqueiras consideradas predatórias e pelo sobreesforço de pesca.

Criação de gado na várzea e a sustentabilidade: o caso da comunidade de Cativo

A comunidade de Cativo fica localizada na margem direita do Lago Grande do Curuai, no município de Santarém. No entanto a cidade de referência para a venda do pescado e compra de bens de necessidade é Óbidos, enquanto Santarém é considerado o centro administrativo.

A comunidade, em passado recente, fez muito plantio de juta. Atualmente não conseguem desenvolver plantios de “lavoura ligeira”, nem de milho para criação. Os moradores disseram que ninguém pode plantar, porque eles não têm recursos para proteger as áreas de plantio com cercas e hoje “todo mundo cria gado na comunidade”.

No Cativo foram calculadas mais de mil e quinhentas cabeças de animais, entre gado branco, búfalo e cavalo. Na “criação miúda” há pessoas que possuem mais de quarenta “bicos”, uns cinquenta, entre galinhas e patos. O criatório é basicamente de gado branco, mas tem cerca de trezentas cabeças de búfalo. Os moradores disseram que a criação intensiva de gado prejudica muito a reprodução das condições de vida na várzea do Lago Grande do Curuai. Por isso, o Ministério Público de Santarém ia promover uma reunião entre os moradores da comunidade e um grande criador da Fazenda São João, localizada nas proximidades de Cativo, visando à celebração de um Termo de Ajuste de Conduta. A assinatura desse Termo seria extensiva às comunidades de várzea do Lago Grande do Curuai, como o Torrão do Papa-Terra, entre outras. O objetivo é fixar um período para a transumância do gado para a “terra firme”. Nesse momento da entrevista, um representante da Colônia Z-20 pediu a palavra para fazer um esclarecimento. A transumância do gado não era o único ajuste de conduta necessário, porque as próprias áreas de várzea tinham limites físicos à expansão ilimitada do criatório de gado. Segundo questionou na ocasião, como podem os ribeirinhos colocar 1.800 cabeças de gado nos campos naturais da várzea? No levantamento que realizara com outros companheiros no Lago Grande do Curuai, puderam constatar que é “o próprio fazendeiro que oferece aos comunitários animais em sociedade”. O ribeirinho não tem a mínima condição de abrigar essas reses, provocando um “encharcamento

de animais dentro da comunidade”, em prejuízo da maioria dos moradores que vivem principalmente da pesca e foram também premidos a desenvolver o criatório pela impossibilidade de plantar.

A região do Lago Grande do Curuai, considerada como um rico pesqueiro, atualmente está, no dizer dos ribeirinhos, “devastada”. O criatório realizado sem manejo adequado, associado ao sobreesforço de pesca, tem causado uma redução drástica dos estoques disponíveis. Tanto assim que na região do Lago Grande do Curuai foi formado um Conselho de Pesca, cujo objetivo é a celebração de um Acordo de Pesca envolvendo os pescadores dos municípios de Santarém, Juruti e Óbidos. Contudo, os ribeirinhos do Lago Grande queixaram-se que o Conselho de Pesca, com a participação de órgãos públicos, inclusive do Ibama e da Procuradoria da República de Santarém, não consegue fiscalizar adequadamente o manejo indevido e a pesca predatória no lago. No tempo que os próprios comunitários se organizavam para “fazer justiça com as próprias mãos”, segundo eles o controle dos abusos praticados por geleiras e bajaranas era mais eficaz. O representante da Colônia, presente na situação de entrevista, passou a explicar que os ribeirinhos estavam inconformados com a atuação do Conselho de Pesca, porque “anteriormente as próprias comunidades do Lago Grande faziam o trabalho de fiscalização e o pessoal de fora respeitava”. Na opinião dele, em razão desse tipo de fiscalização não ter amparo legal – “quebrar geleira, jogar o gelo do pescador fora e queimar os arreios é crime” –, passaram a discutir dentro da região um Acordo de Pesca a ser promovido pelo Conselho que formaram no Lago Grande do Curuai. Ainda de acordo com o depoimento, “os agentes ambientais dentro da região, que funcionam como braço direito do Ibama, onde recebem treinamento e capacitação,” têm reclamado junto à Colônia de Pescadores sobre o descaso e a falta de apoio das autoridades às atividades que realizam de fiscalização e controle ambiental. Os chamados “agentes ambientais” foram escolhidos entre os próprios membros das comunidades ribeirinhas e cumprem uma espécie de mandato em nome delas. O trabalho voluntário que realizam depende de recursos da comunidade ribeirinha ou deles próprios, sem que os órgãos públicos disponibilizem os meios necessários para o cumprimento da tarefa. Desse modo, após se dedicarem ao exercício do controle e vigilância, arcando com todos os gastos necessários em locomoção, e até de se indisporerem pessoalmente com os infratores durante a fiscalização, infelizmente, quando entregam o auto de constatação às autoridades em Santarém, o processo acaba engavetado e ninguém é punido, o que os desautoriza também diante das comunidades. Por conta disso, consideram que, apesar da maior organização e institucionalização do processo de controle e manejo dos recursos naturais renováveis na região do Lago Grande do Curuai, o resultado não corresponde ao esforço de organização e participação dos ribeirinhos. Ao final da entrevista disseram que “esse é o retrato falado da nossa região do Lago Grande do Curuai”.

Instrumentos de Intervenção do Poder Público: As Comunidades Remanescentes de Quilombos

Ainda na situação de trabalho de campo, em entrevista com um membro do Ministério Público Federal na cidade de Santarém, tomamos conhecimento que o MPF participa de um grupo de trabalho juntamente com o Ibama/ProVárzea, Ipam, Colônia de Pescadores Z-20 e Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Santarém – Semab –, em convênio com o Gerência Regional de Patrimônio da União no Pará e no Amapá – GRPU. O grupo foi constituído para tratar da questão das áreas de várzea, consideradas terras da União.

A primeira experiência de intervenção do Ministério Público foi na comunidade de Saracura, em 1998, no município de Santarém. “Naquela ocasião discutimos a presença do búfalo na região de várzea. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária sempre estimulou a criação de búfalos, porém, pela quantidade de denúncias encaminhadas ao Ministério Público, em Santarém, e os conflitos decorrentes, chegamos a pensar numa forma de tirar os búfalos das áreas de várzea. A Embrapa propôs maneiras de conciliar a criação de búfalo com a agricultura e a pesca. Após várias reuniões, elaboramos um instrumento que poderia diminuir e minimizar os problemas, que é o Termo de Ajuste de Conduta, previsto em legislação específica. No Termo de Ajuste de Conduta fica estabelecida uma data para a retirada e retorno do gado, como também os cuidados necessários com o pastoreio para evitar a aproximação do gado búfalo das comunidades e das áreas de plantio”.

Além do Termo de Ajuste de Conduta, que tem servido de instrumento para mediar os conflitos relacionados à criação de búfalo em áreas de várzea, o MPF é chamado para intervir nas situações da “pesca predatória”, quando são firmados Acordos de Pesca, como no caso do Lago Grande do Curuai ou Franca, em que há uma divergência entre as Colônias de Pescadores de Santarém, Juruti e Óbidos, sobre o uso das embarcações baixas na pesca dentro do lago, como querem os pescadores de Óbidos. O MPF, por meio de um representante, esteve presente numa Assembléia sobre o Acordo de Pesca do Lago Grande do Curuai, que reuniu “mais de oitocentos pescadores” em Óbidos, segundo relataram.

Durante a entrevista, comentamos sobre a visita que fizemos no dia 8 de setembro de 2002 à comunidade de Arapemã, localizada no rio Tapajós, em frente à cidade de Santarém. Lá estavam reunidas mais de trinta pessoas, entre moradores do Arapemã e comunidades vizinhas de Saracura e Bom Jardim. O assunto principal do encontro era a organização de uma Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do município de Santarém. Além das três comunidades presentes, foram igualmente citadas as comunidades de Urucurituba, Surubiaçu, Cabeça de Onça e outras localizadas no Lago Grande do Curuai. No debate sobre os princípios que devem reger o estatuto da Associação, dois assuntos mereceram destaque: a preservação, conservação e uso

sustentável dos recursos naturais da várzea e a titulação das terras ocupadas pelas comunidades de várzea da região em nome da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Santarém.

No Pará, assim como em outros estados da Federação, muitos grupos sociais têm reivindicado a aplicação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT – da Constituição Federal de 1988, segundo o qual “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é garantida a titulação definitiva”. No entanto, o fato de as comunidades localizadas na várzea do Amazonas/Tapajós pleitearem o direito à propriedade da terra que ocupam, levanta algumas questões importantes sobre a propriedade e uso das áreas de várzea. A PRM de Santarém vem acompanhando o processo em que várias comunidades de várzea têm pleiteado seu reconhecimento como “remanescentes de quilombo”. Em Santarém ainda não houve nenhum caso de aplicação do artigo 68 do ADCT, CF/88, porém, a título de um projeto-piloto, tem sido do mesmo modo concedido o “direito real de uso” a algumas comunidades. Nesse caso, trata-se de uma “concessão de uso coletivo” em nome de uma associação comunitária legalmente instituída, que repassa a cada ocupante o direito de posse. Esse instrumento de legitimação tem sido usado, em Santarém, principalmente como uma forma de gerir e resolver os conflitos especialmente relacionados à criação de gado búfalo, que tem ocasionado igualmente disputas pelo domínio ou posse dos terrenos de várzea.

Considerações finais: a questão da uniformização e equalização do espaço da várzea

No contexto ecológico do baixo Amazonas, a organização da produção é caracterizada por uma economia que combina agricultura e pesca na ocupação de um território de várzea, onde se encontram os recursos naturais renováveis que são utilizados. Esse sistema econômico pode combinar, além da agricultura e da pesca, a coleta, a caça, o artesanato e os saberes e técnicas que implicam nessas atividades propriamente econômicas. As operações de produção se desenrolam em um meio natural e de realidades sociais dadas. A eficácia desse sistema produtivo depende da diversidade das condições naturais sobre as quais ele se exerce, como no caso da combinação do uso dos recursos de várzea e terra firme em várias comunidades ribeirinhas no Lago Grande do Curuai. A produtividade desse sistema será a medida da relação entre o produto social e o custo social que implica, como na avaliação dos moradores de Surubi-Mirim sobre o plantio da juta, considerado um “trabalho pesado” pelo sobreesforço do trabalho familiar, mas usado como estratégia de financiamento para a abertura de novas áreas de plantio de “lavouras ligeiras”, principalmente o feijão. A organização da produção se efetua nos quadros das chamadas unidades familiares de produção, isto é, da pequena exploração familiar no interior de organizações comunitárias, que utilizam o trabalho na agricultura e a pesca em

puxirum para os festejos e as atividades das associações de moradores, esportivas, clube de mães e grupos de filiação religiosa.

Nas comunidades de agricultores e pescadores, uma família vive de seus direitos de uso sobre determinado lote de terra, associando a produção para subsistência e a venda. Observa-se que parte da produção também se desenvolve fora do quadro familiar, nas situações de “patronato” entre ribeirinhos, como efeito de uma diferenciação interna entre os grupos domésticos “donos do motor” e os pescadores embarcados (ver quadro sobre modelo de diferenciação interna desse campesinato ribeirinho), ou ainda fora do quadro comunitário, dentro de organizações diferentes que dependem de agrupamentos sociais mais vastos, como no caso da indústria da pesca, com o uso de embarcações pesqueiras de médio e grande porte, chamadas geleiras, que fazem uso de um sistema de aviamento de pescadores associado por estes a uma condição de “escravidão”, principalmente no caso dos pescadores urbanos de Óbidos, segundo dados do workshop. De qualquer modo, é importante destacar que esse tipo de sistema econômico, inclusive fora da esfera das relações familiares, encontra-se imerso nas relações sociais.

Sobre as regras que dizem respeito às formas de acesso à terra e ao uso dos mananciais aquáticos entre os agricultores e pescadores do baixo Amazonas, isto é, as regras de apropriação e uso dos fatores de produção, elas costumam diferir para cada tipo de atividade, como agricultura e pesca, respectivamente, pela divisão em lotes familiares e o uso comum dos lagos e mananciais aquáticos pela pequena produção familiar. Tais regras podem ainda ser ampliadas em um conjunto complexo e coerente, formado pelos Conselhos Regionais de Pesca ou os também chamados Conselhos Comunitários, que estabelecem regras para o uso comum dos recursos aquáticos para gerir conflitos, como observado no caso do Lago Grande do Curuai.

Sobre a organização do consumo, o grupo doméstico deve ser considerado como uma unidade de produção e consumo nas situações sociais analisadas. Nesses casos, o grupo doméstico precisa sustentar aqueles que ainda não produzem, como as crianças, ou não produzem mais, como os velhos e os doentes (no segundo relatório enviado ao ProVárzea apresentamos um quadro sobre a composição dos grupos domésticos estudados). Nesse tipo de economia não se pode atribuir preço ao trabalho das mulheres e dos jovens, seja em casa, seja na pesca para subsistência. Apesar de essas atividades constituírem uma realidade pertencente ao econômico, elas não costumam ser por eles categorizadas como trabalho. Tanto a subsistência quanto o excedente passam pela reprodução das condições de trabalho e a manutenção das unidades familiares⁵ e de todas as atividades

⁵ A subsistência depende dos padrões culturais, como a distinção que fazem entre o “peixe liso” e de “escama”. O primeiro, considerado reimoso, não faz parte da dieta alimentar, como exemplificado pelo seguinte depoimento: “por vezes a gente passa fome, porque não é todo tipo de peixe que a gente come e eles (o marido e o filho) também pescam os que a gente não come (para vender nos frigoríficos). Ninguém escolhe pescar por profissão, pesca-se mesmo por necessidade, como meio de sobreviver”.

sociais que pressupõem a reprodução do próprio grupo, como as festas do padroeiro nas comunidades do baixo Amazonas. Nesses casos, a produção de um excedente só tem sentido nesse quadro institucional dado. Ainda sobre as formas de rateio dos frutos do trabalho, entre os diversos agentes fatores que contribuíram para a sua produção, Polanyi, baseado em Mauss, resume em três princípios os mecanismos de repartição: os princípios de reciprocidade, redistribuição e troca, determinados pela relação do econômico e do não econômico (Godelier, 1968, p. 343).

Nesse tipo de sistema econômico, conforme se observa para os grupos domésticos, o *optimum* da produção dos bens não corresponde necessariamente ao máximo de produção possível. O *optimum* exprime a “necessidade social” dessa produção, sua “utilidade social” relativa, comparada aos dos outros fins diversamente valorizados, reconhecidos como “socialmente necessários” e fundados na própria estrutura das relações sociais. O *optimum* aparece aqui como a organização das atividades econômicas (produção, repartição, consumo) mais compatível com a realização dos objetivos definidos como socialmente necessários. “O *optimum* econômico é o aspecto econômico de um *optimum* mais amplo, social” (idem, p. 361). Assim, a quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e composição da família camponesa ribeirinha, pelo número de seus membros capazes de trabalhar, pela produtividade da unidade de trabalho e grau de esforço do trabalho e pelo grau de auto-exploração, por meio do qual os membros do grupo doméstico realizam certa quantidade de unidade de trabalho durante o ano.

O grau de exploração e equilíbrio interno (por exemplo, nas condições atuais de sobreesforço de pesca em que dizem “não tem mais peixe” nos lagos e rios)⁶ é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria dificuldade e esforço do trabalho. Isto é, de sua importância para o consumo, para satisfazer as necessidades da família, do ponto de vista da “penosidade” em que foi obtido, que exigirá uma quantidade cada vez maior de auto-exploração. Atualmente também avaliam um prejuízo econômico na reprodução das próprias condições de trabalho na pescaria, à medida que, para a reposição dos petrechos, compra de óleo diesel e de mantimentos fornecidos à tripulação embarcada na safra do peixe liso, os moradores das comunidades ribeirinhas chamados donos do motor e da pescaria precisam vender uma ou mais reses do criatório bovino, que, a princípio, representa uma espécie de poupança

⁶ “Apesar de um rendimento individual pequeno, a importância da pesca na região é justificada pelo grande número de unidades pesqueiras e de pescadores envolvidos, bem como pela ocorrência de uma alta frequência de viagens, que acaba se refletindo em uma produção relativamente alta. De acordo com os dados deste trabalho, os desembarques na cidade de Santarém totalizaram entre 3.500 e 4.000t, por ano. Com isso, a cidade representa o terceiro maior centro pesqueiro da Amazônia brasileira, depois de Belém e Manaus (...)” (Isaac, Silva & Ruffino, 2004, p. 208).

acumulada com a pesca para comercialização, que, por sua vez, deixou de produzir rendimento suficiente para cobrir, no ciclo seguinte, a própria condição de reprodução das atividades pesqueiras. Desse modo, o aumento de produção obtido por trabalho árduo, ou com a perda de bens acumulados pela venda do pescado, diminui a avaliação subjetiva do significado de cada ganho adicional para o consumo ou para a produção. Quando o trabalho familiar e as condições de produção atingem esse ponto de equilíbrio, continuar trabalhando pode ser considerado mais difícil de suportar, pelas famílias, do que a renúncia a seus efeitos econômicos, como revelado pelos depoimentos nas comunidades dos municípios de Óbidos e Alenquer, em que consideram que a pesca deixou de valer a pena como atividade voltada para a comercialização.

Por conseguinte, a exploração familiar tem que utilizar a situação de mercado e as condições naturais de maneira que lhe permita proporcionar um equilíbrio interno para a família, juntamente com o mais elevado nível de bem-estar possível. Porém, o nível de prosperidade – fator renda – atrai populações das regiões menos favorecidas, acarretando a intensificação das atividades pesqueiras e a diminuição do pescado, com a redução do nível de prosperidade, como no Lago Grande do Curuai, freqüentado pelos pescadores urbanos de Óbidos, que receberam financiamento para a compra de *bajaras* e petrechos de pesca pelo FNO. É preciso, portanto, avaliar a capacidade da população para formar capital e ter capacidade tributária, que dependem do nível de prosperidade nessa região do baixo Amazonas.

É preciso igualmente levar em conta as medidas econômicas e políticas do poder estatal, que por meio da coerção não econômica, controla o modo de utilização da terra e a migração do povo, assim como o modo de utilização dos recursos ambientais renováveis, por meio de providências como os Acordos de Pesca, termos de ajuste de conduta e titulação das áreas de várzea.

Em suma, a identificação de problemas, como a diminuição de pescado pela intensificação das atividades de captura a partir dos anos de 1970, e dos conflitos pela apropriação de recursos naturais renováveis levaram à utilização de instrumentos de intervenção do Poder Público como os acordos de pesca, os termos de ajuste de conduta e a titulação das áreas de várzea pela concessão do direito real de uso. Essas formas de controle do espaço utilizam-se do inquérito como forma de produção de um saber, com participação de ONGs e pesquisadores de universidades, para o desenvolvimento de projetos que buscam a realização do censo da população e o diagnóstico socioambiental da várzea, por meio da participação de técnicos com competências específicas como biólogos, engenheiros florestais e, também, sociólogos e antropólogos que reivindicam um saber local e experiencial no trato com essas populações tradicionais ribeirinhas. O objetivo do Estado no financiamento e apoio a esses projetos e ações é reunir e manter atualizado um *corpus* de informações a respeito dessas regiões de

várzea dos rios Amazonas-Solimões, sendo o trabalho de informação relacionado com a gestão do território pelo Ibama e outros órgãos de governo, inclusive com a intervenção do Ministério Público Federal.

Desse modo, os relatórios produzidos por esse tipo de trabalho de informação vêm orientando a intervenção e gestão governamental sobre o território de várzea do baixo Amazonas. Assim, “o conhecimento do território é, indissociavelmente, uma produção do território” (Revel, 1989, p. 104), inseparável igualmente do exercício de controle e gestão do Estado sobre o mesmo território. Quanto aos efeitos possíveis do uso desses instrumentos, de acordo e gestão do território na várzea do baixo Amazonas, a pretensão do Estado, ao impor uma regulação ao conjunto dos atores sociais, é criar uma uniformização jurídica que regule os conflitos pela apropriação dos recursos naturais renováveis como base de novas relações sociais. Esse projeto de uniformização e equalização do espaço da várzea certamente produzirá conseqüências locais, pois a indefinição em jogo parece, em princípio, beneficiar todas as partes na medida que as populações ribeirinhas encontram-se mobilizadas e atuantes na garantia do direito de uso e apropriação comum dos recursos naturais, isto é coletiva em nome das chamadas comunidades ribeirinhas, localizadas às margens de um lago ou de um sistema de lagos e acostumadas a elaborar acordos intercomunitários com pescadores de comunidades vizinhas (Ribeiro & Apel, 2004, p. 57/58). Ao passo que a implementação de Acordos de Pesca para evitar o crescente conflito pelo uso dos recursos com “pescadores de fora”, da regularização fundiária e dos termos de ajuste de conduta para titulação e/ou concessão do direito real de uso aos ribeirinhos e grandes criadores de gado na região, ao pressupor uma convergência de interesses entre as partes em jogo e a possibilidade de uma negociação coletiva⁷, podem levar a “frigorificação”⁸ de um estado das relações de força, em nível local, que tem se caracterizado atualmente pela vulnerabilidade na reprodução sustentável das condições de uso e manejo dos recursos naturais renováveis.

⁷ Seguimos aqui as reflexões de Barth (2000, p. 180) sobre “o fraco conceito de *negociação*, frequentemente introduzido para sugerir o modo pelo qual se lida com os encontros interpessoais, (que dificilmente) consegue dar conta (de certos) desafio(s) – como no caso da possibilidade de acordo entre interesses conflitantes que opõem os ribeirinhos aos outros agentes no uso das terras e dos mananciais aquáticos da várzea do baixo Amazonas. Ainda segundo essa citação, “*negociação* sugere um certo grau de conflito de interesses dentro de um quadro de compreensão compartilhada” (idem), o que nos parece igualmente faltar entre modos de vida, organização social e padrões culturais tão distintos, que contrapõem o campesinato ribeirinho aos “pescadores de fora” e grandes criadores de gado na região do baixo Amazonas.

⁸ Vali-me da expressão utilizada pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, ao se referir aos elementos definidores de quilombo, que “jazem encastoados no imaginário dos operadores do direito e dos comentadores com pretensão científica. Daí a importância de relativizá-los”, no contexto da aplicação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (Almeida 2002, p.49).

Bibliografia

- ALMEIDA, A. W. Berno de; Os quilombos e as novas etnias. In: O' Dwyer, E. C. (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.
- AZEVEDO, C. R. de; APEL, M. *Co-gestão: um processo em construção na várzea amazônica*. Documentos Técnicos, n. 4, Manaus: ProVárzea, 2004.
- BARTH, F. Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades. In: LASK, T. (Org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, p.167-186, 2000.
- . Metodologias comparativas na análise dos dados antropológicos. In: LASK, T. (Org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, p.187-200, 2000.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CARDOSO de OLIVEIRA, R. Notas sobre uma estilística da antropologia. In: CARDOSO de OLIVEIRA, R.; RUBEN, G. R. (Org.). *Estilos de antropologia*. Campinas: Ed. UNICAMP, p. 177-193, 1995.
- FURTADO, L. G. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém-Pará: MCT, CNPq, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- GEERTZ, C. *Negara: o estado teatro no século XX*. Lisboa: Difel, 1991.
- . Forma e variação na estrutura da aldeia balinesa. *Mosaico Revista de Ciências Sociais*. v. 1, n. 2, Vitória, ES: UFES/CEG, p. 279-303, 1999.
- GLUCKMAN, M. O material etnográfico na antropologia social inglesa. In: GUIMARÃES, A. Z. (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 63-76, 1975.
- GODELIER, M. *Racionalidade e irracionalidade na economia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- ISAAC, V. J.; SILVA, C. O. da; RUFFINO, M. L. A pesca no baixo Amazonas. In: RUFFINO, M. L. (Ed.). *A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira*. Manaus: ProVárzea, p. 185-209, 2004.
- KUPER, A. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- REVEL, J. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- SAHLINS, M. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.